

# O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial

Mariana Muaze<sup>1</sup>

O inventário das fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense realizado sob a coordenação técnica do INEPAC traz, aos pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, múltiplos caminhos para pensar este espaço em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e naturais. A partir dos dados disponibilizados é possível refletir sobre a diversidade de experiências individuais e coletivas vivenciadas pelos agentes históricos que habitaram a região durante o Oitocentos. As informações contidas na minuciosa pesquisa de campo aqui publicada, quando cruzadas com outras fontes históricas, permitem compreender os diferentes “mundos da fazenda” construídos e experimentados no Vale do Paraíba durante o século XIX.

O presente texto foi pensado a partir da ideia de que a história da expansão do café pelo Vale do Paraíba se confunde com a história da expansão da própria classe senhorial no Império<sup>2</sup>. A intenção aqui foi analisar o período da montagem dos complexos cafeeiros na região e do auge desta produção na década de 1870<sup>3</sup>. Todavia, apesar de sabermos que essa temporalidade comporta momentos bastante distintos, no que tange ao preço do café no mercado internacional, a política de estado em relação à escravidão e a própria política imperial, esse texto não se propõe a analisar profundamente como tais aspectos interferiram na região do Vale. Ao contrário, a opção foi por uma reflexão introdutória que possa suscitar outras pesquisas a partir do material disponibilizado.

---

<sup>1</sup>Mariana Muaze é doutora em História pela UFF e professora adjunta da Escola de História da UNIRIO. Agradeço a leitura e as críticas realizadas pelos professores Ricardo Salles e Keila Grinberg à primeira versão deste texto, a Roberto Meneses de Moraes e Adriano Novaes pelas sugestões de imagens e a Yvonne Barros Franco (in memoriam) e Bento Figueira de Mello pela sessão de imagens de seus arquivos.

<sup>2</sup>Sobre o assunto, consultar: MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema. A formação do estado Imperial*. RJ: Hucitec, 1990 e SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo. Vassouras, séc XIX, senhores e escravos no coração do Império*. RJ: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>3</sup>A cronologia proposta por Stanley Stein para o Vale, durante muito tempo, foi tomada pela historiografia sem grandes questionamentos. Nessa interpretação, até 1850 seria o período da montagem do complexo cafeeiro no Vale, seguido dos anos de 1850 a 1864, quando a produção e as exportações do produto chegariam ao auge. A falta de investimentos tecnológicos, o esgotamento das matas virgens para continuar crescendo, o alto preço da mão de obra escrava, a escassez das terras de “fazenda velha” seriam alguns dos elementos que desencadeariam uma crise maciça do sistema a partir da segunda metade dos anos sessenta. STEIN, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. RJ: Nova Fronteira, 1990.

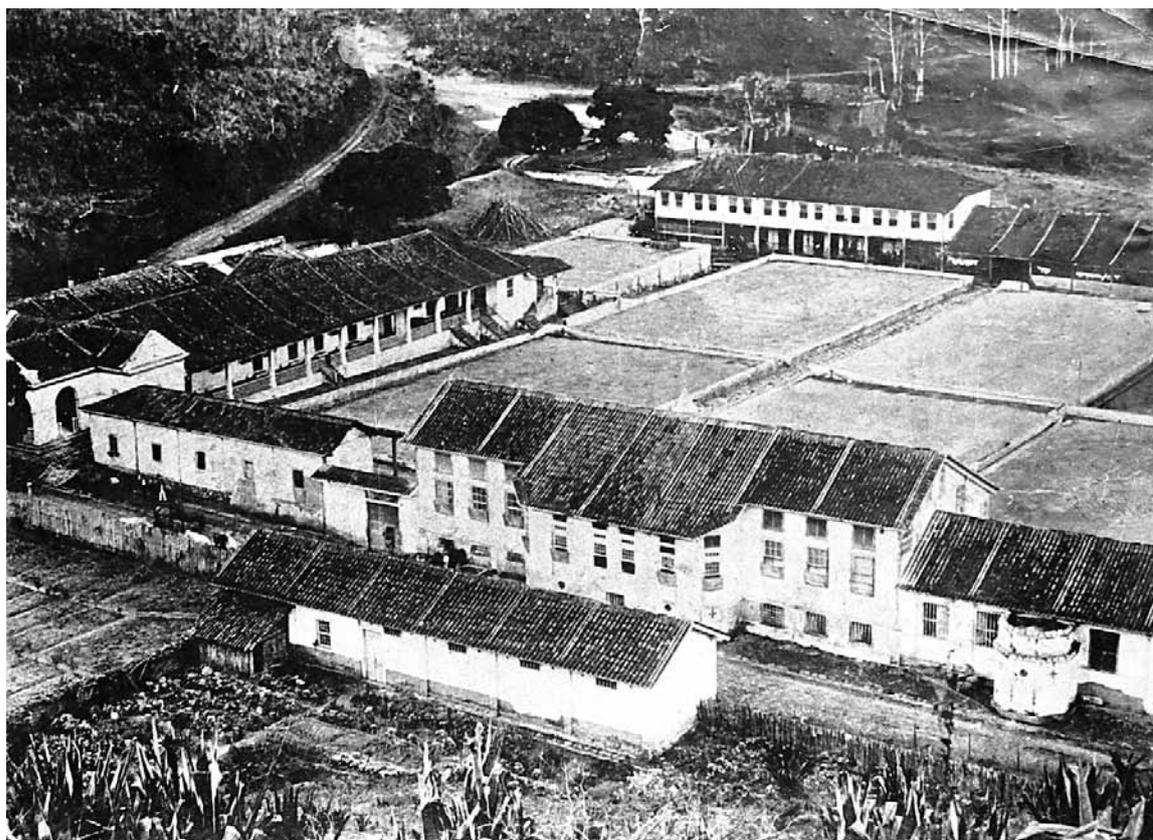
Contudo, estudos mais pontuais têm mostrado que, dependendo da propriedade e das estratégias de manutenção do patrimônio de seus proprietários, a história podia ser diferente. Portanto, a crise descrita por Stein não foi generalizada e nem a mesma em todas as fazendas do Vale fluminense. Não se trata de dizer que os problemas de esgotamento dos solos, envelhecimento dos cafezais e da mão de obra, apontados por Stein, inexistiram concretamente. Mas de afirmar que seus efeitos foram sentidos, mais seriamente, na fronteira dos anos oitenta, e que as famílias encontraram formas diversas de lidar com o problema. Aqueles que conseguiram superar a crise e manter suas fazendas diversificaram seus investimentos para além do café, investiram em títulos da dívida pública, ações de bancos e empresas, montagem de empresas, compra de imóveis urbanos, etc. Nesta linha interpretativa, consultar: SLENES, Robert W. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro. 1850-1888*. In: Costa, Iraci Del Nero da (org). *Brasil: História econômica e demográfica*. SP: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. No que concerne a exemplos de grupos familiares que conseguiram lidar com a crise, verificar: MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. RJ: Zahar, 2008, e MORAES, Marieta. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. RJ: Léo Christiano Editorial, 2008.

O texto se divide em três partes principais que buscam estabelecer relações importantes entre a história local e o contexto político, econômico e social do Brasil no Oitocentos. A primeira parte, intitulada ***O Vale como região historicamente construída***, analisa relatos de viajantes e contemporâneos para refletir sobre como o território que ficou consagrado como Vale do Paraíba era pensado pelos sujeitos históricos que ali viveram ou passaram durante o Oitocentos. A intenção foi levantar questões que ajudam a pensar a região como fruto de um processo de construção histórica. Dessa forma, o café é um dos períodos da história do Vale, mas não o único. A percepção da cultura do café como amálgama da identidade desta região é, portanto, uma construção que se faz ainda no século XIX, no contexto da ascensão desse produto nas exportações brasileiras.

Em seguida, sob o título de ***A ocupação do Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica das famílias pioneiras*** buscou-se recuperar a diversidade de agentes históricos na ocupação das diferentes regiões do Vale do Paraíba fluminense, atentando também para a fundação das principais vilas e ascensão política e econômica das famílias pioneiras. Partindo da afirmativa de que a riqueza das famílias pioneiras foi ampliada com os lucros provenientes da cultura do café, se discutiu as origens dessa mesma riqueza. A intenção foi demonstrar que a base desse patrimônio investido estava em outras atividades econômicas – comércio de grosso trato, tráfico atlântico de escravos, mineração, e empréstimo de dinheiro mediante juros e hipoteca, pecuária e cultivo de cana de açúcar – que não a cultura do cafeeiro. Contudo, depois de estabelecido, o cultivo do café em larga escala gerou uma grande acumulação de terras e escravos nas mãos dos grandes fazendeiros, principalmente, após 1850.

Por fim, em ***Os mundos da fazenda, múltiplas experiências***, a reflexão foi focada na vida cotidiana nas grandes propriedades cafeicultoras entre as décadas de 1830 e 1870, procurando perceber como viviam e se organizavam socialmente “os mundos da fazenda”, formados por senhores, escravos em suas diferentes funções e toda a sorte de homens livres que ali trabalhavam diariamente, por jornada ou prestavam serviços. A intenção foi trazer à tona a reflexão sobre a ambiguidade existente nas relações entre os agentes históricos em questão, a política de domínio senhorial e a resistência escrava a esta mesma política.

Contudo, a expressão “mundos da fazenda” deve ser trabalhada de forma alargada a fim de problematizar não somente a diversidade da cultura material, construções, lugares de morada e ambiente natural que existiram nesses espaços, mas também as múltiplas relações de trabalho, formas de vida e experiências sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos no interior das grandes propriedades cafeeiras. Tal tarefa é ambiciosa e não foi o objetivo esgotá-la no limite das linhas que compõem este texto. Ela envolve a busca de outras fontes históricas e textos teórico-metodológicos que ajudem a compreender melhor não só a história do Vale do Paraíba fluminense, mas o próprio Império do Brasil. Fica aqui um primeiro esforço de análise, além do convite aos interessados em pesquisar a região.



Fazenda Alliança, em Barra do Pirai; pertenceu ao barão de Rio Bonito. Autor desconhecido, início do século XX. Acervo Paulo Lamego.

## O Vale como região historicamente construída

Atualmente, tornou-se comum chamar de Vale do Paraíba as terras banhadas pelo Rio Paraíba do sul que compreendem parte do leste do estado de São Paulo e o oeste do Rio de Janeiro. Mas o que constituía o Vale do Paraíba na América portuguesa e depois no Império? Certamente, seus sentidos e circunscções espaciais não eram os mesmos de hoje. Desde quando a noção de Vale do Paraíba deixou de ser somente um acidente geográfico e passou a reunir as relações políticas, econômicas, sociais e culturais de uma determinada região na qual seus habitantes também a reconheçam como tal? Tais questionamentos são importantes para qualificarmos o Vale do Paraíba como uma construção histórica e, portanto, que varia no tempo. Isso não quer dizer que essa noção de região prescindia de base territorial, mas, sobretudo, de pensar seu espaço como socialmente construído, fruto de relações que são estabelecidas e vivenciadas pelos agentes sociais que nele interagem.<sup>4</sup> Tal desafio merece ainda uma pesquisa mais extensa, mas eis aqui algumas pistas para pensarmos.

---

<sup>4</sup>MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit, pp 24-26.

O francês Auguste Saint Hilaire, por exemplo, apesar de ter percorrido diversas localidades do Brasil, usou a expressão Vale do Paraíba uma única vez em toda a sua obra: “A habitação de Boa Vista da Pampulha é mais elevada que Sumidouro, que, entretanto, é mais próximo três léguas da cadeia marítima, e, por conseguinte, mais afastado do vale do Paraíba”.<sup>5</sup> Na citação, o Vale do Paraíba é usado como referência geográfica para facilitar a localização especificada desejada pelo viajante. Em outras passagens suas, o rio é a referência principal: “estrada nova do Paraíba”, “caminho novo do Paraíba”. Quase chegando a Valença, descreveu: “Cheguei às margens do Paraíba, que aqui tem, mais ou menos, a mesma largura do que no lugar em que o atravessamos, perto de Ubá. Corre o rio, majestosamente, num vale circundado de altas montanhas cobertas de mata virgem”.<sup>6</sup>

O escritor e político do Império Tavares Bastos recorreu ao termo Vale do Paraíba duas vezes, no livro *A Província: estudos sobre a descentralização do Brasil*, publicado em 1870. A primeira, para precisar por onde passava o telégrafo brasileiro – “Apenas uma curta linha percorre o litoral do Rio de Janeiro até Campos, outra corta o vale do Paraíba” –, a qual o papel de acidente geográfico continua predominante. E, uma segunda vez, onde descreve as especificidades econômicas daquelas terras: “No vale do Paraíba (Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas) concentra-se um milhão de escravos. Outrora, os interesses da sua grande propriedade procrastinaram a repressão do tráfico, humilhando a nação inteira”.<sup>7</sup>

Na última passagem de Tavares Bastos, o Vale do Paraíba já aparece como uma região específica e com características políticas, econômicas e sociais próprias que o diferenciavam de outras localidades. Segundo ele, era uma região com muitos escravos, predomínio de grandes propriedades e com uma elite política e econômica que resistia ao fim do tráfico de escravos assinado em 1850. Portanto, o Vale deixava de ser somente um acidente geográfico para se tornar uma região historicamente construída que, como sabemos, terá uma projeção política e econômica crescente no Oitocentos. Em meados do século, o dito popular “O Império é o café e o café é o Vale”, que circulava pelas ruas da capital, reafirmava a identidade cafeicultora do Vale e, em plena campanha abolicionista, o político e magistrado Gaspar Silveira Martins completaria a ideia com a frase: “O Brasil é o café, e o café é o negro”.<sup>8</sup> A missão social e econômica daquela espacialidade para a “civilização imperial” já estava traçada há tempo.

Os autores analisados utilizavam a expressão *Vale do Paraíba* ou somente *Vale* sem maiores especificações – fluminense ou paulista – como depois se tornou comum. A simples utilização da expressão Vale do Paraíba já bastava para se fazerem entender. A designação escolhida e compartilhada pelo público leitor reconhecia o rio, no caso o Paraíba do sul, como o principal acidente geográfico capaz não só de orientar

---

<sup>5</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela nascente do rio São Francisco e pela província de Goiás. (1816/1822)* SP: Cia Editora Nacional, 1937, pp 23. Consultado em: <http://www.brasiliana.com.br>.

<sup>6</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (1822)*. SP: Cia. Editora Nacional, 1932, pp 96, 98, 34, respectivamente. Consultado em: <http://www.brasiliana.com.br>.

<sup>7</sup>Tavares Bastos foi um importante escritor e político alagoano. Ocupou a cadeira de deputado geral pela província de Alagoas, entre 1861 e 1868. Consultar: BASTOS, Aureliano Tavares. *A Província: estudos sobre a descentralização do Brasil*. SP: Cia Editora nacional, 1937, pp 302, 368. Consultado em: <http://www.brasiliana.com.br>. Para efetuar a pesquisa sobre a designação Vale do Paraíba, usamos os noventa e sete livros da coleção brasileira que estavam disponíveis na internet. Dentre os autores que também utilizaram a expressão Vale do Paraíba, ainda encontramos: Alberto Torres, Julio Afrânio Peixoto, Roberto Simonsen, Manoel Bonfim, João Pandiá Calogeras e Affonso Antônio de Freitas.

<sup>8</sup>TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. NY: Atheneum, 1975, p. 136.

os que visitavam aquelas terras, mas também de possibilitar a ocupação e a exploração da mesma devido à facilidade de aquisição de água e de transporte. Portanto, o espaço não é artificial aos agentes históricos ou se apresenta, simplesmente, como um elemento natural, físico. Ele é um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território. Seus sentidos são construídos e revelam muito sobre as formas de sentir e pensar das sociedades que os designam, descrevem e organizam.<sup>9</sup>

Desde fins do século XVIII, o Vale do Paraíba fluminense foi se transformando de uma região com grandes quantidades de matas virgens ou parcamente povoadas, território de tribos indígenas diversas, em imensos e modernos cafezais; passando de lugar pouco explorado a centro econômico do Império. Todavia, a associação da região do Vale à produção e exportação do café foi realizada paulatinamente, à medida que o fruto da rubiácea se alastrou pelas terras banhadas pelo Paraíba dando uma identidade comum às diferentes localidades. Essa colocação simples é importante para que consideremos a cultura e exportação do café uma fase da história econômica e social da região, talvez a mais importante, mas não a única. Nas primeiras décadas do Oitocentos, o café ainda disputava espaço com algumas culturas de subsistência e com a cana-de-açúcar, principal gênero das exportações brasileiras até, pelo menos, a década de 1830.<sup>10</sup>



Pintura retratando a Fazenda Pau Grande, que pertenceu, nos séculos XVIII e XIX, à família Ribeiro de Avellar e chegou a possuir mais de 700 escravos. Autor desconhecido, 1842, acervo Yvonne Barros Franco.

<sup>9</sup>KNAUSS, Paulo. "Introdução" in: *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. RJ: Sette Letras, 1999, p7.

<sup>10</sup>Para a década de 1820, os principais produtos exportados no Império tinham os seguintes índices gerais: 27,8% açúcar, 21% algodão e 19,2% café. Na segunda metade do século XIX, os índices do café bateram 60% das exportações e o Vale do Paraíba tornou-se o maior exportador mundial do produto. O açúcar, em outras localidades do Rio de Janeiro, manteve sua força econômica e o poder político de muitos de seus produtores durante boa parte do XIX.

Para entendermos melhor a passagem de uma economia açucareira para cafeeira nesta região, vamos analisar o caso da **Fazenda Pau Grande**, uma das sesmarias mais antigas localizada em Paty do Alferes. O engenho, fundado pelo português João Rodrigues da Cruz na segunda metade do século XVIII, passou a ser residência da viúva de seu irmão Antônio Ribeiro de Avellar, em 1795. Desde então, a propriedade foi administrada por seu genro e sócio-proprietário, Luis Gomes Ribeiro, que manteve o controle da produção com grande rigor através do preenchimento de vários livros de contas. Neles, registrou as produções de açúcar e aguardente, bem como os rendimentos anuais obtidos na propriedade:<sup>11</sup>

	<b>AÇÚCAR</b>	<b>AGUARDENTE</b>	<b>RECEITA TOTAL</b>
<b>1797</b>	4:661\$540 (1960@e30ss)	1:818\$540 (60 pipas)	6:480\$080
<b>1801</b>	48:916:476 (3707@)	2:450\$800 (92 ½ pipas)	52:492\$661
<b>1805</b>	83:038\$634 (não consta)	2:089\$040 (107 ½ pipas)	85:127\$675
<b>1810</b>	102:747\$529 (1035@26ss)	2:997\$920 (63 pipas e 132 medidas)	105:745\$449

Os valores ascendentes das receitas anuais demonstram a franca expansão dos negócios, além de confirmarem que a maior parte dos lucros advinha do comércio do açúcar e da aguardente para consumo interno e exportação. A venda das mercadorias era feita para diferentes compradores provenientes tanto das localidades circunvizinhas, como Barra do Inhomirim e Pillar, quanto da capital. Os grandes negociantes envolvidos compravam pipas de aguardente que tinham como destino final Benguela e Lisboa, onde a bebida era usada no tráfico transatlântico de escravos africanos. Com os negócios tão consolidados, só houve interesse em investir maciçamente na cultura do café por volta da década de 1830, quando este produto já estava em ascensão no comércio mundial. O caso da Fazenda Pau Grande não é uma exceção, muitos proprietários realizaram as duas culturas concomitantemente, até que, enfim, os lucros da cultura do cafeeiro superassem os da cana de açúcar, impulsionado pela grande demanda internacional.<sup>12</sup>

A virada do século XVIII para o XIX é destacada pelo historiador Rafael Marquese<sup>13</sup> como um período de expansão das produções agrícolas de exportação nas Américas – principalmente açúcar, algodão e café – devido às mudanças significativas na economia-mundo ligadas ao processo de industrialização da Europa e à revolução escrava de São Domingos, iniciada em 1791. A colônia francesa respondia por parte significativa da produção destes gêneros tropicais, que tiveram seus largos plantéis migrados para outras áreas de produção após a independência do Haiti.

<sup>11</sup>A presente tabela foi construída a partir de dados contidos no “Cademo no2” – “Contas apresentadas por Luiz Gomes Ribeiro, sócio e gerente da Fazenda do Pau Grande de 1797 a 1810” e adaptada do livro: MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império (1840-1889)*. RJ: Zahar, 2008, p82.

<sup>12</sup>Para fazer esta afirmação, comparamos dois inventários de membros da família. No primeiro, pertencente à d. Antônia Maria da Conceição (1828), não foram relacionados instrumentos de trabalho, bens de raiz ou plantações referentes ao seu cultivo de café. Tal constatação indica que, até aquele momento, o cafeeiro ainda não havia se tornado o principal sustentáculo da riqueza familiar, logo, a fazenda continuava vigorando como um engenho, por excelência. Já no inventário de seu filho, barão de Capivary (1863), encontram-se listados milhares de árvores de diferentes idades, tendo as mais antigas 24 anos, levando-me a concluir que a substituição de culturas deve ter sido iniciada na década de 1830. A fortuna acumulada por este fazendeiro foi da ordem de 858:670\$300, conforme seu inventário. Documentos consultados: *Inventário do Barão de Capivary*. Vassouras: Faculdade Severino Sombra, /CDH, caixa 116, 1863; *Inventário Antônia Maria da Conceição*. Vassouras: Faculdade Severino Sombra/ CDH, caixa 76, 1828.

<sup>13</sup>MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, missionários da mente-senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. SP: Cia das Letras, 2004.

Por outro lado, a Revolução Industrial inglesa e o novo ritmo de trabalho impulsionavam a popularização do açúcar na dieta do trabalhador, o aumento do consumo de bebidas estimulantes, a exemplo do café, e o crescimento da demanda de algodão para a indústria têxtil em expansão, tornavam a exportação desses produtos bastante lucrativa.<sup>14</sup>

Mas, o leitor deve estar se perguntando, como a cultura do café chegou ao Vale do Paraíba? No Brasil, as primeiras experiências com o plantio do café foram no Pará, tendo chegado à capital do Império como uma planta de quintal para consumo doméstico. No Rio de Janeiro, as primeiras plantações se desenvolveram entre os anos de 1760 e 1820. O padre e historiador monsenhor Pizarro atestou, por exemplo, que a Tijuca era a localidade de maior produção no início do século XIX: “Não há chácara ou fazenda que deixe de cultivar o precioso gênero”.<sup>15</sup> Entre os primeiros plantios na urbe, destacamos ainda as localizadas: na Rua dos Barbonos (hoje, Rua Evaristo da Veiga) onde os padres capuchinhos se dedicavam ao seu cultivo; na encosta do Corcovado e morros vizinhos com mais três mil pés; na região ao norte do maciço da Carioca e na localidade conhecida como Mata-Porcos, atual Largo do Estácio, pertencente ao holandês João Hoppman.<sup>16</sup> Para fora do centro da cidade, a cultura do café se alastrou nas encostas de Jacarepaguá e elevações que circundam a baixada de Santa Cruz e Inhaúma, onde se localizava a fazenda do padre Antônio Couto da Fonseca, no Mendanha.<sup>17</sup>



“Colheita de Café”, Johann Moritz Rugendas, 1822/1825. TELLES, Augusto Carlos da Silva. O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. p.40.

<sup>14</sup>O café é uma fruta exótica do norte da África e chegou a Europa através de comerciantes venezianos. De lá se espalhou por toda a Europa, mas manteve o apelo de bebida exótica e restrita a poucos. Fala-se em três mil *coffee-houses* em Londres, no início do século XVIII, apesar disso seu consumo ficava mais restrito a um grupo privilegiado. Nessa época, as sementes eram fornecidas pelas plantações de São Domingos, colônia francesa. Com a Revolução Industrial inglesa, o produto se popularizou. Após a conquista da Índia, os ingleses preferiam o chá ao café, a fim de proteger o monopólio da British East India Company. Já nos EUA, o café se tornou a bebida mais consumida e, em pouco tempo, o maior consumidor mundial do produto.

<sup>15</sup>Monsenhor Pizarro *Apud* MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café. Niterói*: Cromos, 1993, p20.

<sup>16</sup>VALVERDE, Orlando. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

<sup>17</sup>O russo Langsdorff possuía vasta plantação na Fazenda Mandioca e o antigo lavrador de São Domingos, Sr. Lessesne, foi fornecedor de mudas com mais de sessenta mil pés plantados em sua fazenda em Jacarepaguá.

O aumento do plantio da rubiácea se deu rapidamente e encontrou dois eixos de expansão principais. O primeiro partiu de Laranjeiras, Tijuca e Serra do Mendanha, na cidade do Rio de Janeiro. No Vale do Paraíba tomou dois sentidos distintos: no caminho para São Paulo, margeando o Caminho Novo da Piedade, desbravado nos anos de 1770 para facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e as minas de Goiás e Mato Grosso, cresceram de importância as localidades de São João Marcos do Príncipe, Resende, Pirai e São Sebastião de Barra Mansa. Em direção a Minas Gerais, aproveitando o Caminho Novo aberto para o escoamento do ouro na década de 1720, a cultura do café se interiorizou e foram fundadas as vilas de Paty do Alferes, Vassouras e Nossa Senhora da Glória de Valença. Neste caso, a proliferação das fazendas cafeeiras também foi facilitada pela abertura de duas variantes do Caminho Novo, as estradas do Comércio (1813-17) e da Polícia (1817), que atuaram no escoamento do café do Vale para os portos de Iguazu, Estrela e Porto das Caixas.<sup>18</sup>

O segundo eixo partiu da baixada fluminense, onde as principais localidades cafeeiras estavam em São Gonçalo e Vila de Santo Antônio de Sá (atual Itaboraí). De lá o cultivo do café chegou a Cantagalo, na década de 1840, e fez uma nova penetração para o nordeste alcançando Nova Friburgo, Aldeia da Pedra (atual Itaocara), Bom Jesus de Monte Verde (atual Cambuci) e São Fidélis de Sygmaringa.<sup>19</sup> Nos anos de 1830, a cultura do cafeeiro havia tomado quase toda a bacia do Rio Paraíba do Sul, incluindo Entre-Rios, Paraíba do Sul, Santo Antônio de Sapucaia e Porto Novo.<sup>20</sup> Nesse processo de expansão, foram imprescindíveis as imensas áreas de terras inexploradas de floresta virgem e as vias de escoamento abertas durante a fase da exploração do ouro. Todavia, isso ainda não foi o bastante. A experiência da mineração legou, de um lado, um eficiente sistema de transporte feito por mulas utilizado para o escoamento das safras de café até o advento das ferrovias na segunda metade do XIX, e de outro, um tráfico negreiro eficazmente estruturado entre os portos da África central e do Brasil, apto a suprir a nova demanda por mão de obra em curso.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup>Sobre a abertura dos caminhos e sua importância para a ocupação e expansão comercial do Vale do Paraíba fluminense, consultar: NOVAES, Adriano. "Os caminhos antigos do território fluminense" in: *Inventário das fazendas fluminenses*, tomo I, INEPAC, 2008, pp53-78.

<sup>19</sup>Neste parágrafo, os nomes das localidades foram mantidos na forma como era chamado no século XIX. Nos casos onde houve grande alteração do nome original, foi feita a referência entre parênteses. Sobre a ocupação do Vale do Paraíba fluminense, consultar: SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Op. cit e MACHADO, Humberto. Op. cit. O processo de ocupação aqui explicitado pode ser fartamente analisado pelo pesquisador a partir dos mapas e das fichas catalográficas das fazendas disponibilizadas no inventário do INEPAC.

<sup>20</sup>SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Op. cit.

<sup>21</sup>MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. "O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX" in: SALLES, Ricardo & GRINBERG, Keila (org). *O Brasil Imperial*. RJ: Civilização Brasileira, 2010, vol 3, p353.

## A ocupação do Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica das famílias pioneiras

Na década de 1950, a ocupação do vale do Rio Paraíba do Sul foi estudada pelo historiador Stanley Stein em seu trabalho clássico *Grandeza e Decadência do Café*. Segundo o autor, este movimento populacional foi impulsionado por dois fatores principais. De um lado, a concessão de sesmarias na região que se intensificou durante a estada da Corte portuguesa no Brasil devido à distribuição de terras em agradecimento aos serviços prestados a sua Majestade. De outro, o aumento de posses de terras derivadas da intensa movimentação proveniente da região mineradora, quando o Vale ainda era numa zona de fronteira agrícola aberta.<sup>22</sup> A convivência entre sesmeiros e posseiros, que inicialmente foi pacífica, tendeu a se acirrar na medida em que as áreas de expansão agrícola foram se escasseando e os litígios pelas terras foram se intensificando. O resultado de tal dinâmica histórica foi uma enorme concentração de terras, escravos, poder político-militar e prestígio social nas mãos das poucas famílias que conseguiram receber seu quinhão até as primeiras décadas do século XIX.

O pioneirismo na ocupação de terras no Vale, comentado por Stanley Stein, certamente foi um fator importante para que algumas famílias concentrassem riqueza e poder numa fase posterior, quando o preço do café despontou no mercado internacional. Contudo, em muitos casos, tais fortunas familiares foram erguidas ou ampliadas com base em outras atividades econômicas que não o plantio do café para o mercado externo, tais como: comércio de grosso trato, tráfico de escravos, mineração, cultivo da cana de açúcar e empréstimo de dinheiro a juros – exercidas por muitos patriarcas. Os exemplos são distintos de localidade para localidade. Mas, na maioria dos casos, o café não foi à única base na qual foram erguidas as principais fortunas da região. A seguir, vamos aprofundar um pouco tal discussão que também se confunde com a própria história da bacia do Vale do Paraíba fluminense e sua transformação em maior polo exportador mundial de café.

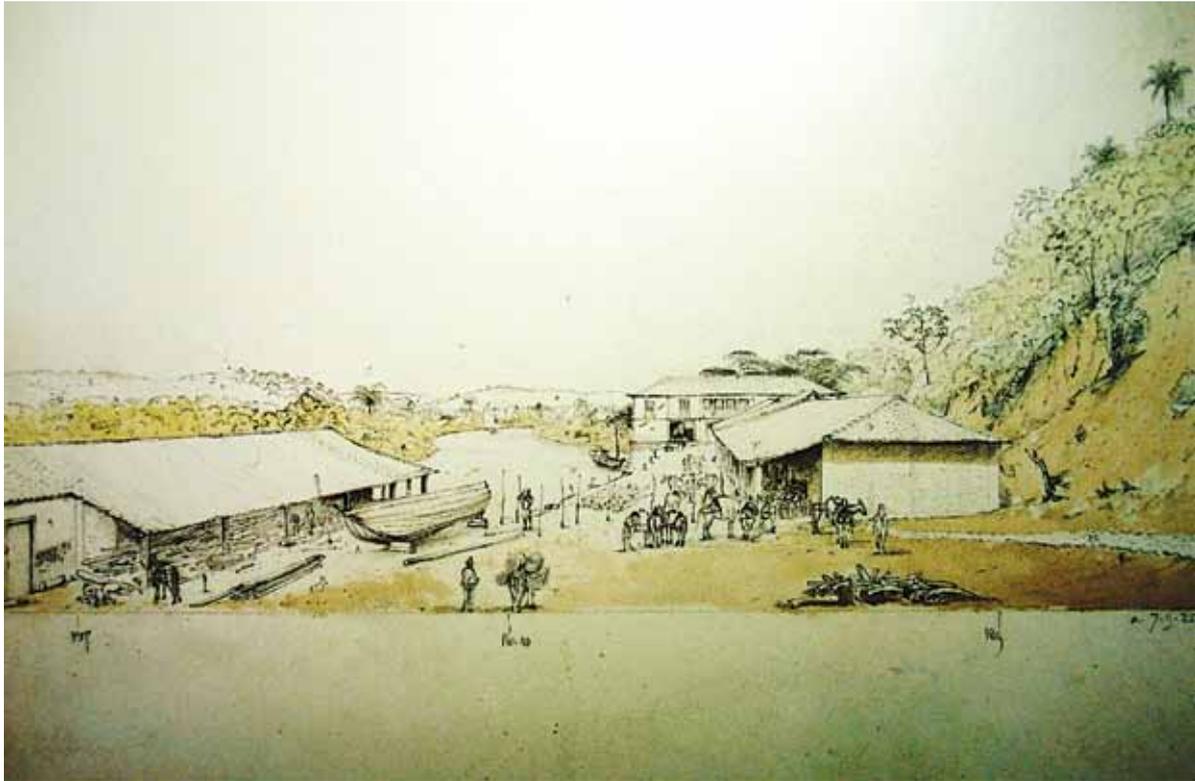
Em 4 de setembro de 1820, d. João VI assinava o decreto que permitia a criação da Vila de Paty do Alferes. Daquele momento em diante, todas as casas de fazendas, casebres, ranchos para pouso de tropeiros e viajantes, vendas, e demais formas de morada e trabalho, construídas dentro dos limites das antigas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Paty, Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, Nossa Senhora da Conceição e Apóstolos São Pedro e São Paulo da Paraíba Nova e os curatos de Santana de Cebolas e Senhor Bom Jesus de Matosinhos, passavam a fazer parte da Vila de Paty do Alferes.<sup>23</sup> A região era bastante visitada por aqueles que se destinavam às Minas Gerais pelos caminhos do ouro e se mantinha através da produção de gêneros agrícolas, como cana-de-açúcar, mandioca, milho, legumes, café, marmelos e diversas frutas. Os produtos se destinavam ao autoabastecimento e, em escala reduzida, o fornecimento para a Corte, com exceção do açúcar que era levado, em grandes quantidades, ao Porto da Estrela para ser encaixotado e transportado para armazéns da capital.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup>A concessão de sesmarias foi abolida em 1822, quando se instituiu o reconhecimento legal das posses. Ver: STEIN, Stanley J. op. cit.

<sup>23</sup>Sobre o assunto, consultar: Alvará de criação da Vila de Paty do Alferes, 4 de setembro de 1820. Apud PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense*. RJ: Nova Fronteira, 1984, pp 14, 15 e "Relato de Monsenhor Pizarro e Araújo" in: RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. 2a ed, RJ: SEEC, 1978, p21.

<sup>24</sup>Idem, p 21.



“Um Cais” (Porto de Estrela), 1825. W. Burchell

CARVALHO, Maria Cristina Wolff. Caminhos do Rio a Juiz de Fora. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010, p.200.

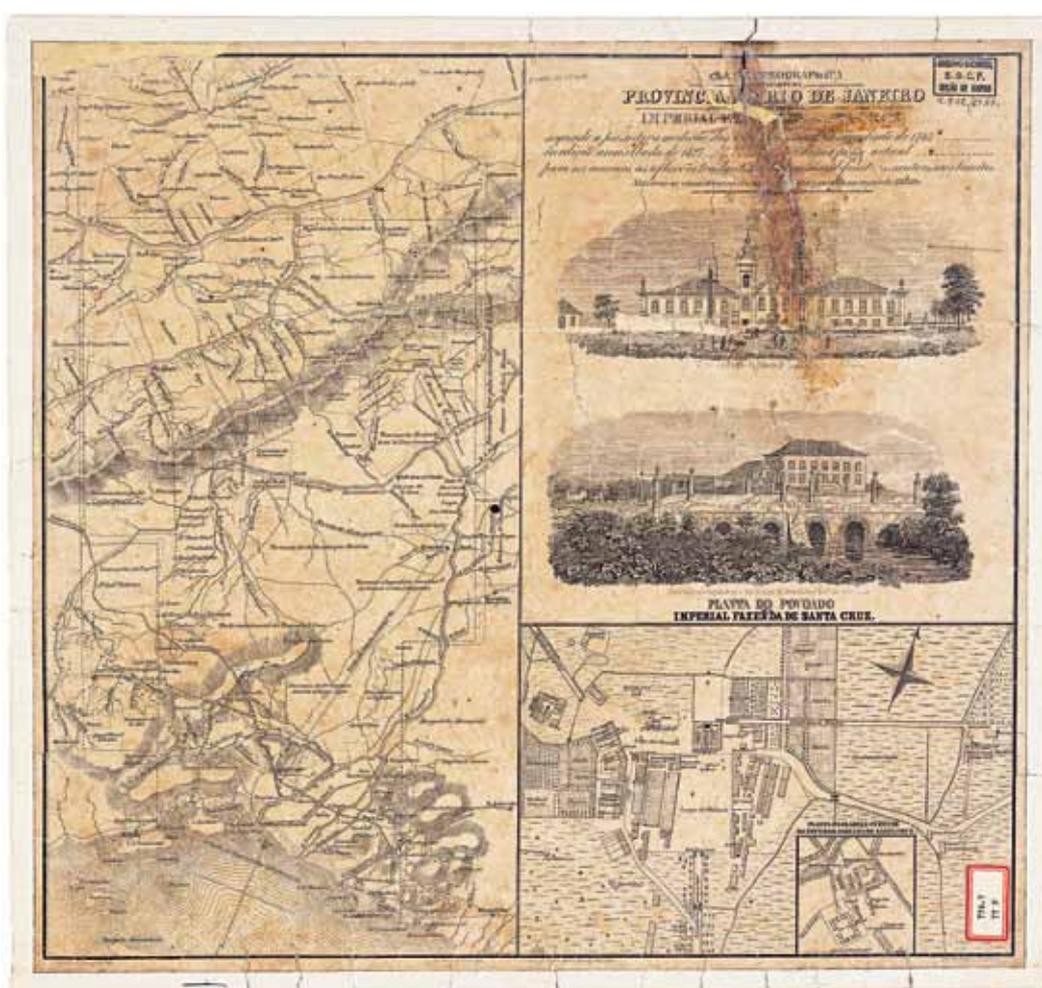
A decisão de criar uma vila em Paty do Alferes privilegiava os núcleos Ribeiro de Avellar e Werneck, pertencentes à mesma família de origem e pioneiros na ocupação da região desde o século XVIII, com a fundação da sesmaria do Pau Grande, que veio a originar também Ubá e Guaribú.<sup>25</sup> Já em 1711, André João Antonil ao traçar o “roteiro do Caminho Novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas”, no livro *Cultura e opulência do Brasil*, fez o primeiro registro referente às terras do Pau Grande que se tem notícia.

*Dos Pousos Frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa; e dela, em duas jornadas, à segunda roça, que chamam do Alferes. Da roça do Alferes, numa jornada se vai ao Pau Grande, roça que agora principia, e daí se vai pousar no mato ao pé de um morro que chamam Cabaru. Desse morro se vai ao famoso rio Paraíba, cuja passagem é em canoas. Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte d’além, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias.*<sup>26</sup>

<sup>25</sup>Sobre a família Werneck, consultar o trabalho do historiador: SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1984. Para uma abordagem mais memorialista, ver: MORAES, Roberto Menezes de. *O Casal Furquim Werneck e sua descendência*. Vassouras: Editora Liney, 1985; CASTRO, Maria Werneck de. *No Tempo dos Barões*. SP: Bem-te-vi, 2004.

<sup>26</sup>Grifos meus. ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. SP: Melhoramentos/MEC, 1976, p 184.

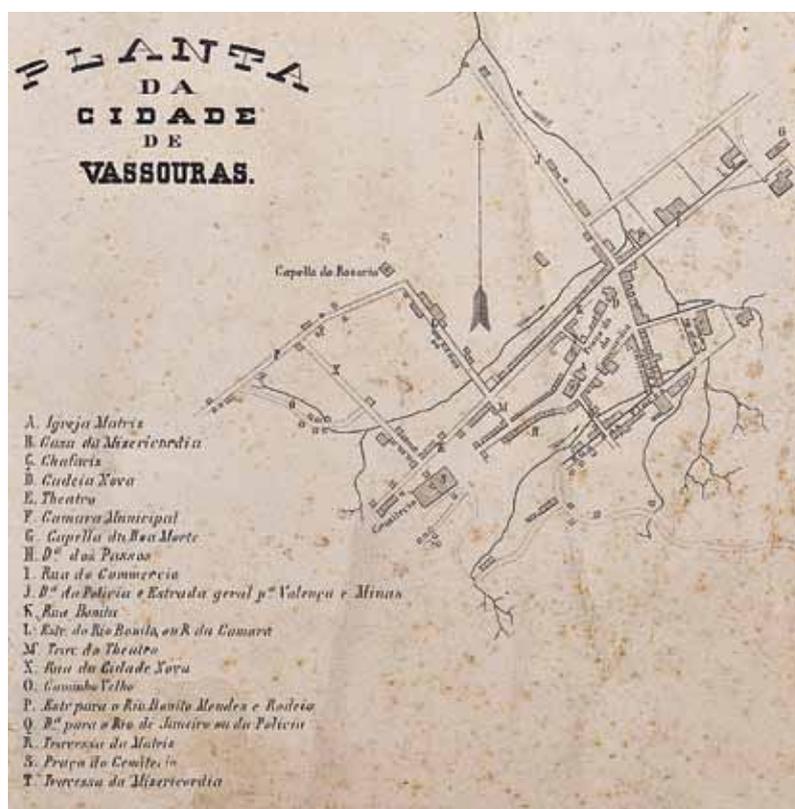
O citado Garcia Rodrigues Paes havia sido o principal responsável pela abertura do Caminho Novo em fins do século XVII e recebeu como recompensa quatro sesmarias para si e uma para cada um de seus doze filhos. Pouco tempo depois, em 1739, o capitão Francisco Tavares, também morador do caminho das Minas Gerais, ergueu uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição em sua fazenda, ao redor da qual outros habitantes se estabeleceram. Em 1816, foi a vez do francês Saint-Hilaire passar pela localidade. O cenário antes descrito por Antonil havia mudado e as terras do Pau Grande, concedidas como sesmarias em meados do XVIII, já comportavam um grande engenho de açúcar. A partir delas, a família Ribeiro de Avellar se fixou na região e exerceu seu poder durante todo o Oitocentos, primeiramente com a exportação de cana-de-açúcar e aguardente e, após 1830, com o café.<sup>27</sup>



Mapa da Imperial Fazenda Santa Cruz, 1848, acervo do Arquivo Nacional. A Fazenda Santa Cruz, como ficou conhecido este conjunto de sesmarias, se estendia desde Barra de Guaratiba e Mangaratiba a localidades na bacia do Paraíba, como Vassouras.

<sup>27</sup>Concessão de meia légua de terras em Pau Grande aos irmãos Manuel e Francisco Gomes Ribeiro (o moço) e ao sócio Antônio da Costa Araújo. A carta de sesmaria foi requerida pelos três sócios, em 9 de outubro de 1748. Entretanto, na ocasião de sua assinatura, em 3 de outubro de 1750, foi registrada uma légua de terras no nome dos dois irmãos portugueses. MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Paty do Alferes, 1994, p8.

As festividades de criação da Vila de Paty do Alferes e a posse da primeira Câmara Municipal ocorreram em 23 de fevereiro de 1823. Contudo, menos de dois anos depois, a mesma foi extinta para a criação da povoação de Vassouras em seu lugar.<sup>28</sup> A nova Vila de Vassouras, assim como Paty do Alferes, tinha sido ocupada a partir da decadência da mineração. Em seus primeiros anos, a produção era diversificada – mandioca, feijão, banana e porcos – e escoava para a capital através das estradas do Comércio (1813) e da Polícia (1820), à margem das quais nasceram as primeiras culturas dos cafeeiros.<sup>29</sup> Na verdade, a introdução dos cafezais na região é anterior à criação da Vila de Paty do Alferes. Os tropeiros que transitavam entre os centros da mineração e a cidade do Rio de Janeiro plantaram as primeiras mudas de café ao longo do Caminho Novo buscando garantir alimento em futuras paradas. O grande florescimento da localidade de Vassouras acabou influenciando a alteração do centro político e facilitando a exploração do café na região, que já, em 1836, alcançou o índice de 300 mil arrobas exportadas.<sup>30</sup>



Planta da Cidade de Vassouras; Detalhe da Carta Chorográfica da Província do Rio de Janeiro, confeccionada pelos engenheiros Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrad Jacob de Niemeyer – 1858/1861; Acervo do Arquivo Nacional; as cartas originais apresentam a província do Rio de Janeiro, na escala 1300.000, emolduradas por 18 plantas das cidades mais importantes à época, escala 110.000. (Ver mapa 2)

<sup>28</sup>Apud WERNECK, Lacerda. O *Vassourense*. 31 de dezembro de 1893. In: RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Op. Cit., p 21. Sobre a data da solenidade de fundação da vila há controvérsias, enquanto Raposo aponta 23 de fevereiro de 1821, Antônio Martins afirma ser 21 de fevereiro do mesmo ano. A primeira câmara eleita (1821-1824) foi composta pelos procuradores Antônio Gomes da Cruz, Manoel João Goulart, Capitão José Lopes França, o alferes José de Souza Vieira e os juizes ordinários capitão-mor Manoel Francisco Xavier e o Capitão Francisco das Chagas Werneck. Sobre as composições das câmaras de Paty do Alferes e Vassouras, consultar: MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras/ Rio de Janeiro: 1993.

<sup>29</sup>STEIN, Stanley J. Op. cit, p10.

<sup>30</sup>Idem, *Ibidem.*, p30.

Para Stanley Stein, “três acontecimentos se conjugaram para completar o povoamento de Vassouras no último quartel do século XVIII e no primeiro do século XIX: a exaustão das Minas ao norte, a expansão da cultura do café e a eliminação dos índios Coroados na região atualmente ocupada por Valença na margem norte do Paraíba”. A decisão regencial de transferir a vila para Vassouras veio satisfazer interesses políticos e econômicos das famílias Teixeira Leite e Correia e Castro, que, enriquecidas com a mineração, haviam se instalado na região de Vassouras, na virada do século, após a exaustão das minas de ouro, procurando outra atividade econômica.<sup>31</sup> A mudança da capital política também contou com a aceitação dos Ribeiro de Avellar e Werneck, que, na época, possuíam membros na Câmara Municipal de Paty que votaram pela alteração também com o objetivo de atingir Manoel Francisco Xavier, seu principal rival político.<sup>32</sup> O florescimento da nova vila foi rápido e, em 1850, já possuía 35.000 residentes entre pessoas livres e escravos. Em 1872, esse número foi para 39.253 habitantes, incluindo 20.158 escravos, 19.085 livres de diferentes raças e origens.



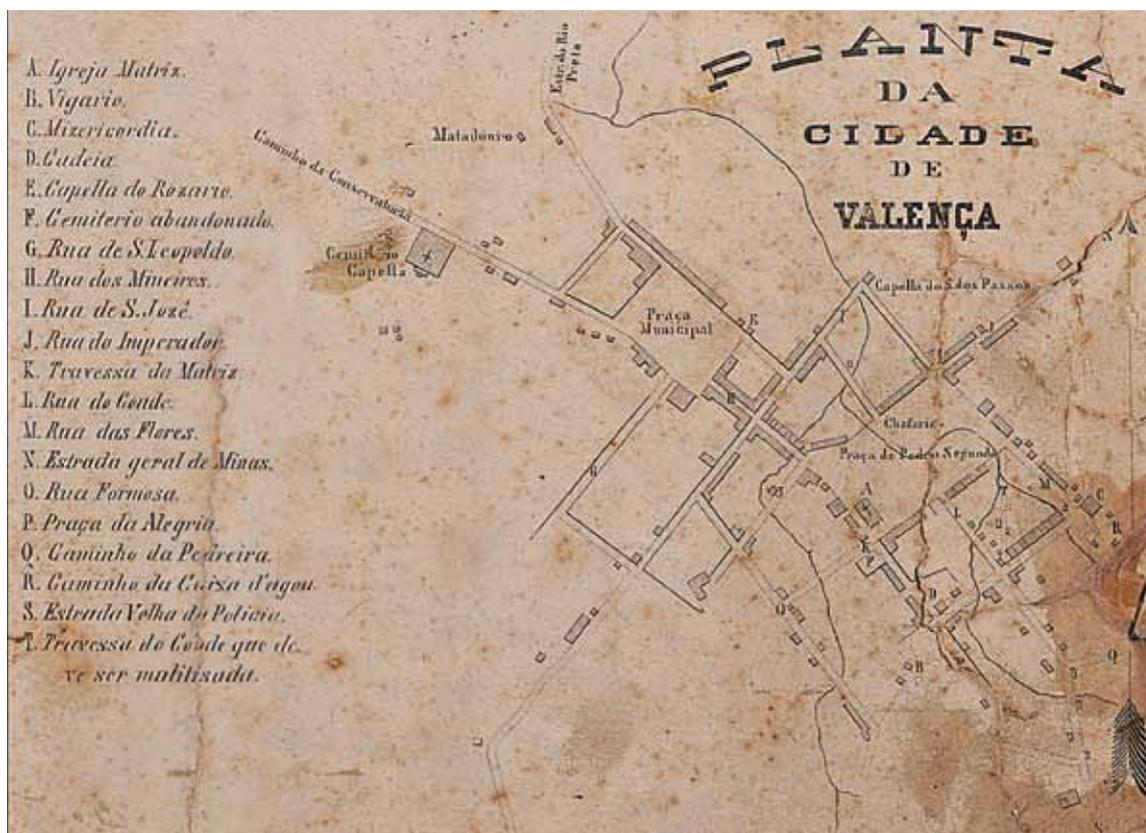
Vista da cidade de Vassouras. Litografia de Victor Frond, 1859. Acervo Paulo Lamego.

---

<sup>31</sup>No caso dos Teixeira Leite, o barão de Ayruoca, antigo minerador, foi o primeiro do ramo a se instalar na região.

<sup>32</sup>Para acompanhar melhor esta discussão sobre a política local, consultar: FONSECA, Magno; SALLES, Ricardo. “Vassouras – 1830/1850: poder local e rebeldia escrava” in: CARVALHO, J.M de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. RJ: Civilização Brasileira, 2009.

No caso de Valença, que também seria uma das principais exportadoras de café, as primeiras sesmarias distribuídas foram doadas para Francisco Nunes Fagundes (1770), Garcia Rodrigues Paes Leme (1771) e Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama (1797) ainda no século XVIII. A fundação da aldeia Nossa Senhora da Glória de Valença, em 1803, é atribuída a Ignácio de Souza Werneck, José Rodrigues da Cruz e ao padre Manoel Gomes Leal, após terem sido nomeados pelo vice-rei para “proceder à civilização”, “domesticar e aldear” os índios Coroados que ocupavam a região. O primeiro e o terceiro do ramo Werneck e o segundo do ramo Ribeiro de Avellar, ambos parentes entre si. No aldeamento foi construída e benzida a capela de Nossa Senhora da Glória, que veio a originar a cidade de Valença.

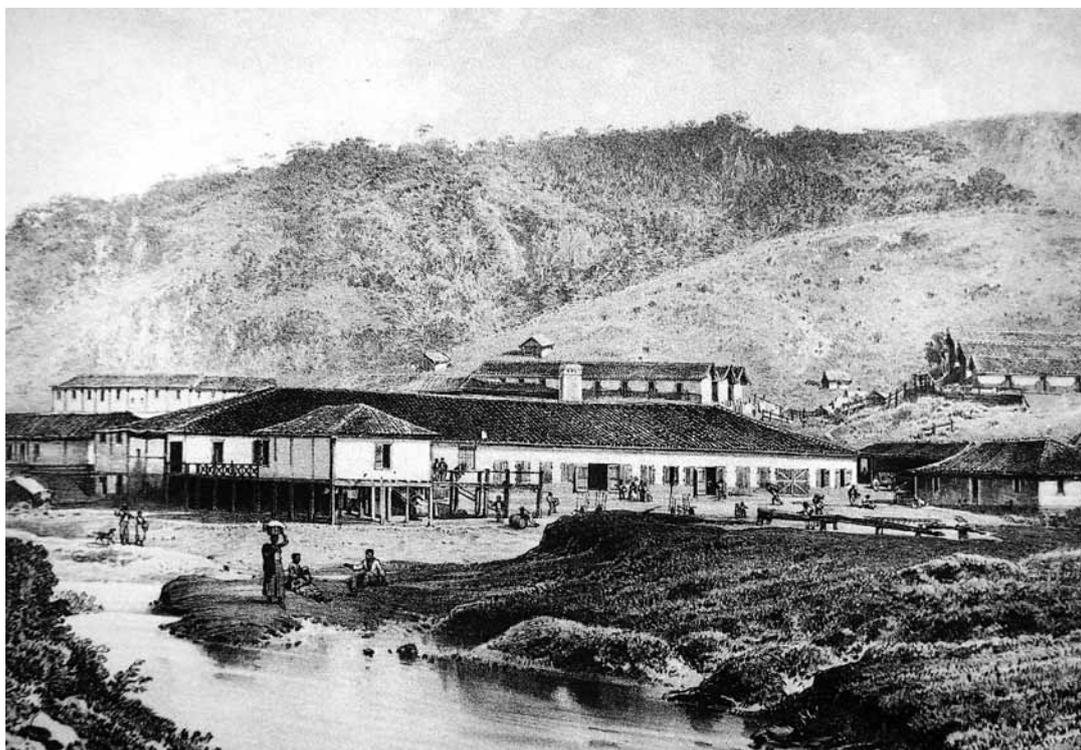


Planta da Cidade de Valença; Detalhe da Carta Chorográfica da Província do Rio de Janeiro, confeccionada pelos engenheiros Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrad Jacob de Niemeyer – 1858/1861; Acervo do Arquivo Nacional; as cartas originais apresentam a província do Rio de Janeiro, na escala 1300.000, emolduradas por 18 plantas das cidades mais importantes à época, escala 110.000. (Ver mapa 2)

A família Werneck chegou ao Vale em 1712. Seu pioneiro foi o imigrante português João Berneque, que constituiu família e se estabeleceu como lavrador e comerciante na pequena localidade de N. Senhora do Pilar do Iguçu. Após um período em Minas Gerais investindo na exploração do ouro, seus descendentes se fixaram no Vale fluminense por todo o século XIX. Inácio de Souza Werneck, natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, atual Barbacena, por exemplo, alcançou benesses junto a Coroa portuguesa devido aos serviços prestados na “civilização de índios” e na construção da estrada

Werneck, então chamada de *Caminho da Aldeia*, primeira estrada para o sertão de Valença. No início do século XIX, ao passar pela **Fazenda Piedade**, localizada na freguesia de Conceição do Alferes de Serra Acima (atual município de Miguel Pereira), o historiador monsenhor Pizarro comentou que o engenho de Inácio Werneck “distanciava 3 ½ léguas em N. S. da Piedade, no rio Sant’Anna”. Poucas décadas depois, em 1866, a propriedade tinha 135 escravos e era parte do complexo formado por três fazendas pertencentes ao barão e a baronesa de Paty do Alferes, seus herdeiros.<sup>33</sup>

José Rodrigues da Cruz migrou de Portugal para o Rio de Janeiro juntamente com seus irmãos Antônio Ribeiro de Avellar e Antônio dos Santos, para trabalhar com o tio no comércio de grosso trato. Segundo Saint Hilaire, José Rodrigues da Cruz recebeu como recompensa aos serviços prestados à Coroa portuguesa as sesmarias de Ubá, onde estabeleceu um engenho de açúcar, uma serraria e um moinho de fubá.<sup>34</sup>



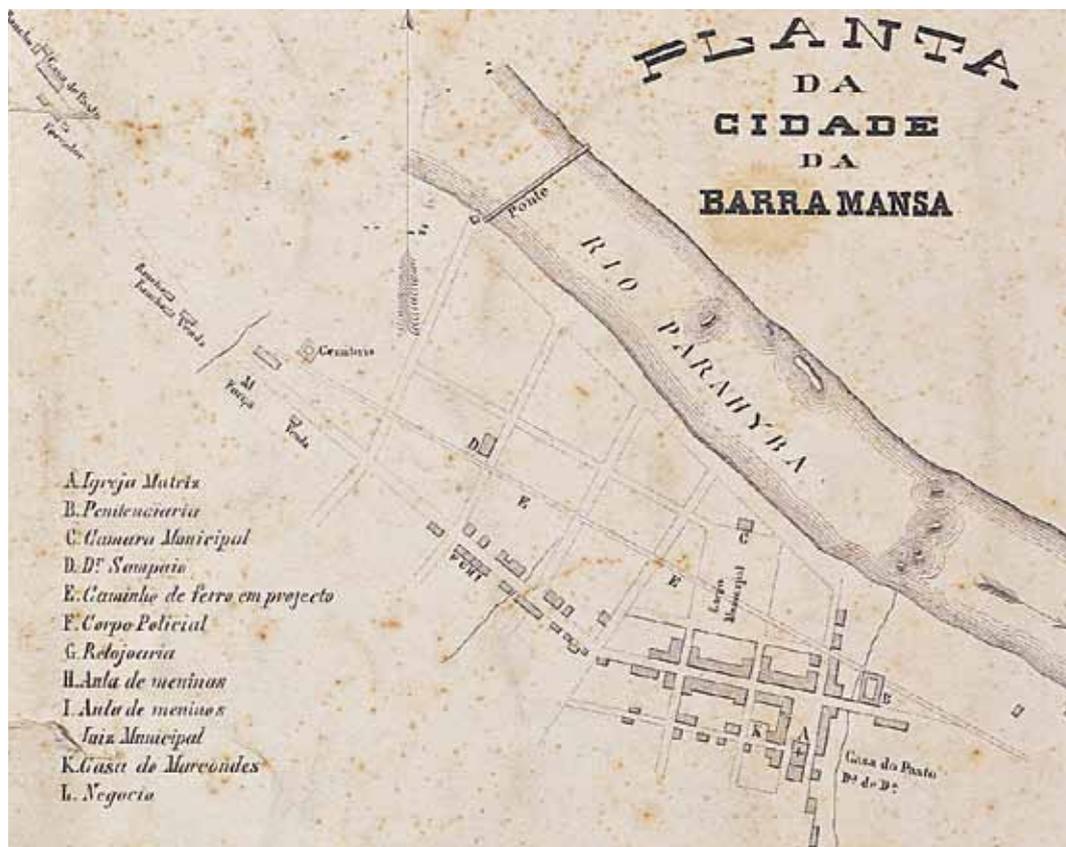
Engenho de Cana em Ubá, 1859. KASSOY, Bores, e CARNEIRO, Maria L. Tucci. *O Olhar Europeu: O negro na Iconografia Brasileira do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.24.

---

<sup>33</sup>*Inventário do barão e da baronesa de Paty do Alferes*, p 205 a 209. CDH, Universidade Severino Sombra. O barão e a baronesa de Paty do Alferes possuíram três fazendas principais: Piedade, Freguesia e Monte Alegre, sendo a última sua residência oficial.

<sup>34</sup>Idem, *Ibidem*, p 42. Atribui-se ainda a José Rodrigues da Cruz, juntamente com Ignácio de Souza Werneck e o padre Manoel Gomes Leal, a fundação de Nossa Senhora da Glória de Valença, elevada, em 1823, à condição de Vila de Valença por D. Pedro I. Ainda segundo Saint-Hilaire, os índios Coroados foram migrando para as florestas vizinhas de Rio Bonito, mas também muitos adoeceram e morreram vítimas de doenças de pele, venéreas e varíola, adquiridas a partir do contato com o homem branco. BRASIL, Gerson. *O ouro, o café e o Rio*. RJ: IHGB e Livraria Brasileira ed, 1970. De acordo com rumores recorrentes na cidade de Vassouras, um dos fundadores de Valença, um grande latifundiário, havia eliminado os índios, seus protegidos, dando-lhes cachaça envenenada. *Apud*, Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 4 de maio de 1862, p 35. STEIN, Stanley. *Op. Cit*, p 11.

Além das terras do Pau Grande e Ubá, os irmãos fundaram a sociedade Avellar & Santos que realizava serviços de comissariado para diversos fazendeiros do Vale e atuava no comércio de grosso trato com sede na Corte. Seus interesses se alastravam, ainda, para área de transporte e abastecimento do mercado interno colonial, pois faziam o comércio de mercadorias, principalmente açúcar, do interior para a capital pelo Rio Inhomirim.<sup>35</sup> Como se vê, das quatro principais famílias do médio Vale, todas tiveram fortuna originária no comércio e/ou mineração e puderam ampliá-las através da aquisição de terras para agricultura e da expansão do café.



Planta da Cidade de Barra Mansa: Detalhe da Carta Chorográfica da Província do Rio de Janeiro, confeccionada pelos engenheiros Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrad Jacob de Niemeyer –1858/1861; Acervo do Arquivo Nacional; as cartas originais apresentam a província do Rio de Janeiro, na escala 1300.000, emolduradas por 18 plantas das cidades mais importantes à época, escala 110.000. (Ver mapa 2)

<sup>35</sup>Segundo Riva Gorenstein, os Pereira de Almeida eram proprietários de navios que faziam a ligação entre o Rio de Janeiro e as demais cidades costeiras do Brasil, atuando no ramo de abastecimento e navegação de cabotagem. GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de editoração, (Biblioteca Carioca), 1993, p 165. O Rio Inhomirim cortava a região do vale do Paraíba e, por ser navegável, era utilizado juntamente com outros rios da província fluminense, como Paraíba, Macaé, São João, Guandu, Magé-Assu, Macacu e Iguazu, para o escoamento da produção para a capital até o advento das estradas de ferro. PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

Na região do Vale que se aproxima de São Paulo<sup>36</sup>, os primeiros indícios de povoamento de que se tem notícia foram concessões de sesmarias feitas nos anos sessenta do século XVIII. Nos anos de 1820, muitas dessas terras já pertenciam ao coronel Custódio Ferreira Leite, o barão de Aiuruoca, importante comerciante e minerador que foi contratado por d. João VI, em 1816, para comandar a abertura da estrada da Polícia. Com o tempo, um núcleo populacional foi crescendo em torno da capela de São Sebastião e do rio de mesmo nome, até que, em 3 de outubro de 1832, foi criada a Vila de São Sebastião de Barra Mansa.

Outros membros da família Leite também migraram para o Vale fluminense motivados pelo cultivo dos cafezais e as vantajosas atividades comerciais e financeiras dele derivadas. No caso da família Leite, os laços de solidariedade familiar foram muito importantes na formação de uma rede de poder e prestígio na região. Afonso Taunay, em *História do café no Brasil*, conta que, na fundação de Barra Mansa, o coronel Custódio Ferreira Leite esteve acompanhado de Manoel, enquanto os outros irmãos Floriano e Anastácio se afazendaram em Valença e Conservatória, respectivamente. Em Pirai e Vassouras, o coronel investiu juntamente com o cunhado, Francisco José Teixeira (futuro barão de Itambé), e com os sobrinhos, José Eugênio, Joaquim José e Francisco José Teixeira Leite (futuro barão de Vassouras), que lá fixaram residência, aumentando assim suas fortunas.

O capitão-mor José de Souza Breves, natural dos Açores, conseguiu uma rápida ascensão política ao chegar ao Brasil. Através de conquista de cargos importantes, foi acumulando terras e poder numa área de fronteira agrícola aberta. A mando da Coroa Portuguesa, ocupou os postos de: capitão e sargento-mor da Companhia do distrito de Pirahy, juiz almotacel e capitão-mor da Vila de São João Marcos, sede do extinto município de São João do Príncipe. Em 1817, fundou, conjuntamente com a família Moraes, a freguesia de Sant'Ana do Pirai. Seus filhos José de Souza Breves e Joaquim José de Souza Breves multiplicaram a fortuna familiar tirando múltiplas vantagens do tráfico ilegal de africanos.<sup>37</sup> O primeiro, também chamado "rei do café", possuía um complexo de propriedades que iam de Mangaratiba, no litoral, onde ficavam os principais portos clandestinos para desembarque de escravos, até São João Marcos, no Vale, onde resplandecia a imponente fazenda **São Joaquim da Grama**. Eloi de Andrade afirma que, por concessão direta ou compra, os Breves acumularam terras na Marambaia, Mangaratiba, Rio Claro, Angra dos Reis e São João Marcos.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup>Região do curso médio superior do Paraíba do Sul.

<sup>37</sup>Sobre os Breves e o tráfico ilegal de escravos, vale a pena assistir ao vídeo *Memórias do cativo* (2005), dirigido pelas historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu a partir dos trabalhos com história oral realizados no LABHOI do departamento de História da UFF.

<sup>38</sup>ANDRADE, Eloy. *O Vale do Paraíba*. RJ: Rio Real Gráfica Editora, 1989.



Aspecto da cidade de São João Marcos em 1922, Daniel Ribeiro. Álbum do Estado do Rio de Janeiro. Edição Comemorativa ao Centenário da Independência do Brasil.

A atual região serrana do estado passou grande parte do século XVIII com sua ocupação proibida pela Coroa portuguesa em virtude do controle que buscava implementar sobre o tráfico ilegal de metais e pedras preciosas nas Minas Gerais. Os únicos habitantes desta região<sup>39</sup> eram os índios Coroados e Goitacases que há muito ali viviam e as ocupações clandestinas, sendo a principal comandada por Manoel Henrique, conhecido como “Mão de Luva”. Após 1786, com o degredo de “Mão de Luva”, a Coroa resolveu mudar de estratégia e facultou as terras de “Cantagallo” aos colonos que quisessem se estabelecer. Em 1818, foi a vez da migração suíça. Os recém-chegados se instalaram na localidade denominada Morro Queimado, onde atualmente é Nova Friburgo, e cultivaram milho, feijão, cana e mandioca. Em 1809, o inglês John Mawe que recebeu autorização de dom João para visitar as jazidas de diamantes de Minas Gerais e do interior. Na viagem, ele observou que a mineração se esgotara e que a atividade predominante no “arraial e distrito das Novas Minas de Cantagallo” era a agricultura.

---

<sup>39</sup>A região aqui referida é a margem direita do médio inferior do Rio Paraíba do Sul



Planta da Cidade de Nova Friburgo: Detalhe da Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro, Conrado Niemeyer, Bellegarde, Koeler. 1836. Fundação Biblioteca Nacional/ Cartografia. (Ver mapa 1)



Planta da Cidade de Cantagalo: Detalhe da Carta Chorográfica da Província do Rio de Janeiro, confeccionada pelos engenheiros Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrad Jacob de Niemeyer - 1858/1861; Acervo do Arquivo Nacional; as cartas originais apresentam a Província do Rio de Janeiro, na escala 1300.000, emolduradas por 18 plantas das cidades mais importantes à época, escala 110.000. (Ver mapa 2)

Durante a segunda década do século XIX, a cultura do café se intensificou na localidade que assumiu a condição de vila, em 9 de março de 1814, sob o título de “São Pedro de Cantagallo”. O crescimento da referida vila foi grande. Em 1820, já reunia três lojas de fazenda, mais de uma dezena de tabernas, uma estalagem e vinte e oito engenhos de açúcar, além de uma população de 1800 pessoas livres e, aproximadamente, 2700 escravos. Na ocasião, a produção de café girava em torno de 100 mil arrobas.<sup>40</sup>

O principal personagem da região foi Antônio Clemente Pinto, primeiro barão de Nova Friburgo, imigrante português que enriquecera com o comércio de grosso e o tráfico de escravos. Em meados do século XIX, já era uma das maiores fortunas de todo o país, proprietário de duas dezenas de fazendas, nas regiões de Nova Friburgo, Cantagalo e São Fidélis, e imóveis urbanos, como os palacetes Nova Friburgo (atual palácio do Catete), localizado na Corte, e do Gavião, em Cantagalo. Nos anos de 1826, Antônio Clemente Pinto fechou sociedade com João Antonio de Moraes e sua esposa Basília. No negócio, o casal empenhou ao sócio as **fazendas Santa Maria do Rio Grande** e Macabu, que correspondiam à metade do que possuíam. Em troca, João Antônio receberia 600 mil réis por ano para trabalhar na administração das fazendas de café, além de uma retirada mensal do que fosse necessário para o sustento de sua família dos proventos da Fazenda Santa Maria do Rio Grande. Em poucos anos, Antônio de Moraes já havia recuperado as propriedades empenhadas, adquirido outras, vindo a se tornar barão de Duas Barras, com um patrimônio superior a quatro mil contos de réis em 1872, certamente um dos mais significativos do Império.<sup>41</sup>

Os casos aqui citados não esgotam os exemplos das famílias que foram pioneiras na ocupação das terras do Vale do Paraíba fluminense e que conquistaram destaque político, econômico e social nas localidades onde constituíram fazendas. Além da primazia na ocupação de terras numa área de fronteira agrícola aberta, essas famílias tinham em comum um passado de migração portuguesa relativamente recente, além de serviços prestados à Coroa, o que facilitou a aquisição de prestígio e a ocupação de cargos políticos e administrativos nas localidades onde se fixaram.<sup>42</sup> Chama a atenção também o fato de que muitas das fortunas constituídas no rastro do café possuíam um capital previamente acumulado em outros setores bastante rentáveis como a mineração, o comércio de grosso trato e o tráfico de escravos, conforme vimos nos exemplos familiares explicitados. Em alguns casos, essas atividades foram exercidas concomitantemente com o cultivo da lavoura para exportação como foi possível conferir acima. Fosse pelo recebimento de sesmarias, fosse pela posse de terras, a aquisição de vastas propriedades era facilitada àqueles (indivíduos ou famílias) que possuíam uma posição econômica e/ou social de destaque, reiterando assim a lógica social hierárquica vigente.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup>MORAES, Marieta Ferreira. Op. Cit, p116.

<sup>41</sup>Ibdem, Idem.

<sup>42</sup>João Luís Fragoso, ao estudar a formação da primeira elite senhorial no Brasil, afirmou que, no século XVI, as pressões demográficas sobre Portugal e as crises de fomes recorrentes transformaram a região de Entre Douro e Minho numa área de migração, inicialmente para as ilhas Atlânticas e depois para a colônia portuguesa nas Américas. Esses migrantes seriam, principalmente, procedentes da pequena fidalguia ou da elite de alguma capitania pobre, que, ao aportarem no Rio de Janeiro, dariam origem às *melhores famílias*. Nos casos aqui abordados, mesmo se tratando de uma migração bastante tardia, se comparada aos estudos de Fragoso, pode-se presumir que eram uma gente com nobreza no passado, contudo com dificuldades de manter a fortuna condizente com seu *status* social, o que explicaria, inicialmente, suas transferências para o Brasil, na segunda metade do Setecentos. Do outro lado do Atlântico, muitos desses portugueses não tiveram dificuldades de se integrarem às formas de comércio e atividades econômicas mais lucrativas bem como a prestação de serviços à Coroa, auxiliados por laços de parentesco, compadrio e solidariedade. FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. in: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA (org). *O Antigo Regime nos Trópicos*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>43</sup>Como afirma Oliveira Viana, era costume dominante “concederem sesmarias, de preferência, a pessoas fidalgas, ou com posses bastantes para construir engenho, excluindo assim da propriedade da terra, as classes pobres ou desfavorecidas.” *Apud* ANDRADE, Eloy. Op. cit. p29.

Desde tempos coloniais, a terra era um fator de produção que estava disponibilizado no mercado, pois, na maioria das vezes, a sesmaria podia ser alienada ou alugada por seus titulares. Dessa forma, mesmo se tratando de uma apropriação política, concedida através de merecimento militar ou benefícios ao poder público, a sua transmissão ocorria através da venda, mesmo que de parte do terreno. Assim, a terra não se constituiu como um bem ilimitado e acessível a todos.<sup>44</sup> Pelo contrário, as sesmarias eram preferencialmente doadas a pessoas fidalgas ou que “dispunham de meios” para cultivar a terra. O processo de ocupação do vale foi tão intenso que, por volta de 1820, pode-se afirmar que não havia mais “um palmo de terra que não tivesse dono ou não tivesse em uma área de sesmaria doada”.<sup>45</sup>

No Vale do Paraíba, a tendência à concentração se acentuava ainda mais quando os grandes senhores de terras e escravos se tornavam fazendeiros-capitalistas, ou seja, emprestavam dinheiro a juros a outros fazendeiros. A atividade usurária auxiliava no aumento de patrimônio destes grandes senhores já que aqueles que pediam empréstimos, na maioria das vezes, hipotecavam suas fazendas e escravos na negociação. Assim, se os pagamentos fossem feitos regularmente, lucravam-se com os juros cobrados, caso contrário, recebiam-se as propriedades, bens móveis e semoventes dos inadimplentes, dependendo do contrato. A própria atividade usurária, exercida por muitos fazendeiros-capitalistas, girava em torno da possibilidade de expandir a propriedade e o poder a ela associado em pouco tempo. Mesmo que seu devedor não se tornasse inadimplente, a relação estabelecida entre ambos reforçava a hierarquia e os laços clientelares entre os envolvidos na negociação. Portanto, estava em jogo não somente a expansão do empreendimento produtivo através do maior acúmulo de propriedades, mas também a perpetuação da condição de senhor de terras e de escravos. Tal lógica legitimava as diferenças entre senhores, escravos, libertos e referendava a hierarquia no seio da própria classe de proprietários. Para ostentar a posição social conquistada, muitos desses grandes senhores adquiriam mercês, honrarias e títulos de nobreza, o que justifica a grande quantidade de baronatos na região.

A vasta extensão de terras e escravaria acumuladas por esses poucos fazendeiros os colocava no topo da classe senhorial. Estudos recentes relativizam o tamanho dos plantéis de escravos e demonstram que fazendeiros com mais de cem escravos eram considerados grandes proprietários e constituíam uma minoria no Vale do Paraíba. Na região de Paraíba do Sul, por exemplo, a concentração de terras era tão intensa que esses homens controlavam de 45 a 84% do valor das fazendas, entre 1830 e 1885. Para se ter uma ideia melhor, os oito patronos das famílias Werneck, Pereira Nunes, Andrade, Corrêa Tavares, Alves Barbosa, Moreira Castilho, Ribeiro Avellar e Barroso Pereira possuíam 56,4% das terras do município, em 1879, e 21,5% da mão de obra cativa, em 1872. Suas propriedades eram empresas completas possuindo não só a grande lavoura, mas também todos os mecanismos ligados ao beneficiamento do café, os equipamentos acessórios à empresa (ferreiro, serraria, etc.), os animais para o abastecimento interno da fazenda e as bestas para transporte serra abaixo até o Rio de Janeiro.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

<sup>45</sup>ANDRADE, Eloy. Op. cit. p29.

<sup>46</sup>FRAGOSO, João Luís. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-exportadora no Rio de Janeiro: 1790-1888*. Tese de doutorado, ICHF: Departamento de Pós Graduação em História da UFF, 1990.

Muitos desses homens tinham, ainda, sociedades nas casas de comissão da Corte e recebiam de outros fazendeiros menores uma parte significativa de seus lucros com a venda da rubiácea.<sup>47</sup>

Assim como em Paraíba do Sul, outras regiões do Vale fluminense também apresentam uma grande concentração de terras e de escravos. Em Vassouras era comum que os grandes empresários possuísem mais de uma fazenda e, no período de 1836 a 1850, quando houve a grande expansão do café, esses senhores concentraram quase a metade dos escravos da região e foram ampliando esta porcentagem chegando a 72,2%, entre 1851 e 1865.<sup>48</sup> Para se entender melhor o processo de ocupação do Vale que estamos descrevendo, é preciso que se entenda que o mesmo ocorreu, em primeiro lugar, num cenário de acirrada acumulação de terras e escravos por parte dos grandes proprietários e, em segundo lugar, num momento de crescimento da demanda internacional pelo produto, um dos fatores importantes para que a região se tornasse o maior polo mundial de produção de café e a rubiácea o principal gênero das exportações brasileiras.<sup>49</sup>

Ancoradas na herança acumulada previamente, em fortunas constituídas em outras áreas, no tamanho da propriedade, na antiguidade da ocupação de terras, essas poucas famílias citadas puderam exercer seu controle político e econômico por quase todo o século XIX. Muitos de seus membros foram vereadores, deputados provinciais, juízes de paz, comandantes da Guarda Nacional e outros postos chave diretamente ligados à política. A esses aspectos ainda se somavam as relações de compadrio, vínculos pessoais, favores, interesses eleitorais, arrendamento de terras e/ou instrumentos de trabalho, estabelecidas com os chamados “homens livres e pobres”, seus agregados. A influência destes senhores se estendeu não só aos arrendatários e sítiantes que se dedicavam à agricultura em suas terras e deles dependiam, mas também aos vendeiros, tropeiros e comerciantes de pequeno porte com negócios em suas localidades.<sup>50</sup> Isso sem falar do comando exercido sobre seus plantéis de escravos, que era garantido através do “monopólio da violência” sobre aqueles que não tinham o controle sobre a própria vida e liberdade.<sup>51</sup>

---

<sup>47</sup>Ibidem, Idem.

<sup>48</sup>Após 1865, o processo de acumulação da propriedade cativa nas mãos de grandes fazendeiros tem uma leve caída e se mantém constante até os anos oitenta como mostra o índice: 1866/1880 – 70,2%. Para acompanhar essa discussão, consultar: SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Op.cit. cap4.

<sup>49</sup>Na década de 1820, o café era o terceiro produto nas exportações brasileiras, vindo logo após o açúcar e o algodão, com 18,4% do total. No período seguinte, esses índices foram revertidos completamente. Nossa produção passou de 3.178 sacas exportadas (18,18% do total mundial), entre 1821 e 1830, para 53.326 sacas (56,63% do total mundial), entre 1880 e 1890. Dados fornecidos por: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 4ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1999, p 143. Sobre as fases do café, Stanley Stein defende uma cronologia que vê na década de 1850/60 como o ápice da chamada civilização do café e, por decorrência, a década de 1870 já vislumbraria a decadência dessa cultura. Ao contrário, Robert Slenes defende que, nas décadas de 1870/1880, produção do cafeeiro se encontrava em franca expansão. Sobre o assunto, ver: STEIN, Stanley J. Op. Cit e SLENES, Robert. “Grandeza ou Decadência?” Op. cit.

<sup>50</sup>Sobre o espaço de sobrevivência dos homens livres e pobres na ordem escravocrata, a autora lembra que “foi na fímbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades a eles relegadas. Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades aos trabalhadores livres.” FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª edição, SP: Unesp, 1997, p65.

<sup>51</sup>Sobre o espaço de sobrevivência dos homens livres e pobres na ordem escravocrata, a autora lembra que “foi na fímbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades a eles relegadas. Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades aos trabalhadores livres.” FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª edição, SP: Unesp, 1997, p65.



Senhor posando para a foto com seus escravos. A disposição dos personagens no espaço de figuração da foto, a centralidade do senhor, a indumentária e os pés descalços demarcavam de forma clara a lógica paternalista, hierárquica e desigual da sociedade imperial. Militão Augusto de Azevedo, São Paulo, 1870. in Alencastro, Luis Felipe (org) *História da Vida Privada II*. São Paulo, Cia das Letras, 1997, p 19.

Como vimos, a própria dinâmica de poder exercida por essas famílias as colocavam no papel de classe dirigente<sup>52</sup> com supremacia na política e na economia local. Suas forças extrapolavam os limites da família extensa e teciam uma verdadeira capilarização de influências e distribuição de favores que não se limitavam simplesmente aos “mundos da fazenda” que possuíam e nem à região onde estavam estabelecidos, podendo chegar até a Corte.<sup>53</sup> Não faltam exemplos de grandes cafeicultores que mantiveram importantes relações com políticos da Corte, quando não eram eles mesmos a acumularem as duas atividades.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup>A noção de classe dirigente utilizada nesta pesquisa tem por parâmetro as reflexões de Ilmar Mattos, para quem o conceito de classe dirigente não se restringe à burocracia do Estado em seus diferentes níveis. Portanto, por classe dirigente entendem-se todos aqueles que aderiram aos princípios de ordem e civilização, envolvendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – “senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além de professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes não públicos”. Mattos, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit, pp 3,4.

<sup>53</sup>Sobre o conceito de região ver: *Ibidem*, *Idem*.

<sup>54</sup>Sobre a relação de cafeicultores do Vale com importantes políticos da Corte, ver: MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa*. op. Cit, cap1 e SALLES, Ricardo. “As águas do Niágara, 1871: crise da escravidão e o caso Saquarema.” In: SALLES, Ricardo; GRIMBERG, Keila. *Brasil Imperial*. RJ: Civilização Brasileira, RJ: 2010, vol III. Nesse artigo, o autor discute de forma bastante interessante o caso do marquês de Paraná, importante político e articulador Saquarema que adquiriu a Fazenda Lordello, na localidade de Sapucaia, em 1836, período da expansão cafeeira escravista na região, e que, na ocasião de seu falecimento, já possuía 189 escravos trabalhando.

A história da expansão do café pelas diversas regiões do Vale do Paraíba fluminense se confunde com a própria história da expansão da classe senhorial do Império em termos políticos, econômicos e sociais. Homens e mulheres que através da exploração maciça da mão de obra escrava, da concentração da propriedade da terra, do estabelecimento de redes de sociabilidade e poder locais, além de suas relações com a Corte, conseguiram acumular riqueza, prestígio social e político fortalecendo, assim, o poder de suas famílias nas localidades em que viviam. No interior desse reduzido grupo, muitos foram os casos das fortunas que se expandiram no rastro do café. Como forma de ostentá-las e de gozar de um estilo de vida próprio à sua classe, algumas famílias ergueram imponentes casas de vivenda em suas terras e agregaram valor ao complexo cafeeiro de suas imensas fazendas.

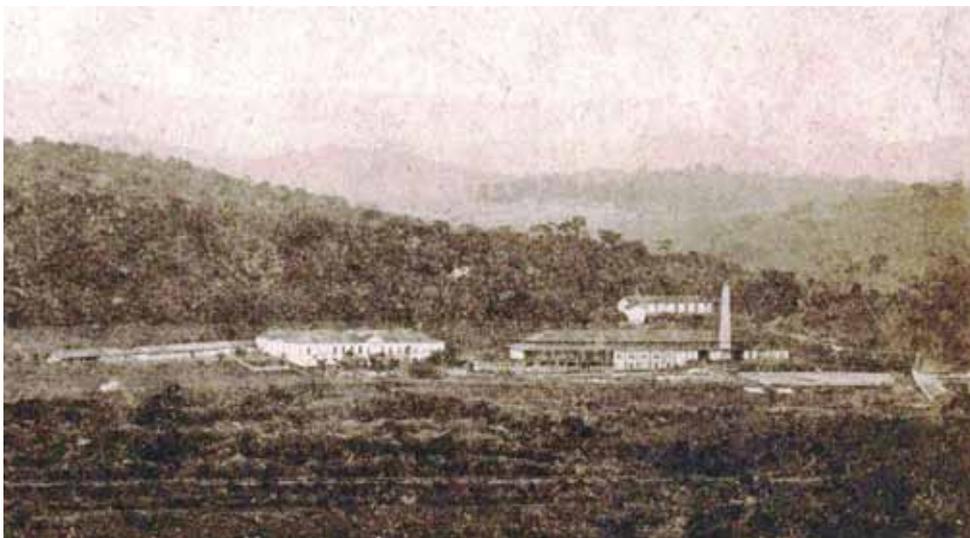


Foto de autor desconhecido, século XIX, acervo Bento Figueira de Mello. A imagem é posterior a 1878, quando a chaminé foi construída no engenho da fazenda e pode ser comparada com a imagem 02 para se acompanhar as mudanças ocorridas no espaço da fazenda durante o século XIX.

Buscando modelos de comportamento, ideais de civilização e hábitos de consumo próximos do europeu, a classe senhorial se legitimou enquanto grupo hegemônico ao mesmo tempo em que respaldou a política de centralização do Estado nacional baseada na aproximação com valores europeizados e na manutenção da ordem escravocrata. Mas, a estreita relação entre estas famílias e o estado Imperial não para por aí. Em se tratando dos grandes cafeicultores da bacia do Paraíba fluminense, é possível afirmar que, sem uma política de estado permissiva com a ilegalidade do tráfico transatlântico de escravos (1831-50), não teria sido possível a montagem do complexo produtivo que permitiu que o Brasil dominasse o mercado mundial de café durante praticamente todo o século XIX.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup>As relações entre a política escravista do estado Imperial e a criação das condições para o arranque da produção do café brasileiro no mercado mundial são analisadas em: TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op. cit. Os autores destacam também que sem um ambiente político que assegurasse juridicamente aqueles que adquirissem africanos escravizados ilegalmente, provavelmente, as condições para o arranque da região como maior produtora mundial de café seriam outras e, conseqüentemente, os lucros obtidos pelo estado com a exportação do produto também.

Se numa perspectiva macro vislumbram-se as relações entre estado, classe senhorial, política escravista e montagem da estrutura produtiva cafeeira no Vale; reduzindo o foco de observação, é possível analisar os agentes sociais no seu cotidiano. Senhores, escravos do eito, mucamas, pajens e toda sorte de cativos domésticos, feitores, homens livres e pobres, sinhazinhas, capitães do mato, condutores de tropas, crioulos, africanos – muitos desses personagens que ali viveram interagiram entre si e com os espaços da fazenda, a partir de experiências distintas. É parte dessa história que contaremos a seguir.

## Mundos da fazenda, múltiplas experiências

As relações sociais e de poder que se configuravam no universo das fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense, por mais diferentes que fossem suas localidades, obedeciam à lógica excludente e hierárquica do Império. Como forma de domínio, o paternalismo vigiava e instituíam uma “política de favores” constituída através de uma vasta rede de distribuição de benefícios e geração de dependências, que só reconhecia as relações sociais na sua verticalidade. Nessa ideologia de sustentação do poder senhorial, o lugar social que os sujeitos ocupavam dependia de suas relações pessoais e “não existia fora das formas instituídas – formalmente, mas também pelo costume – de hierarquia, autoridade e dependência”.<sup>56</sup> Tal lógica de dominação permeava a sociedade imperial em todos os seus estratos sociais e tinha nos mundos da fazenda um *locus* privilegiado de sua experiência. Naqueles espaços, senhores, escravos e os diversos homens livres e pobres que por ali transitavam e trabalhavam pautavam suas relações pela diferença e pelo ato de apartar-se daqueles que não eram vistos como seus iguais na hierarquia social.

Os cafeicultores, donos de terras e escravos, compunham uma importante camada da classe senhorial que, com a ascensão do café no mercado internacional, se fortaleceu política e economicamente simultaneamente à formação do Estado Imperial, que tinha à frente os políticos fluminenses do partido conservador.<sup>57</sup> Durante todo o Segundo Reinado, mesmo não ocupando as mais altas posições na política imperial em termos de cargos centrais, os grandes proprietários de terras e cativos do Vale se viam, direta e indiretamente, ligados a ela no seu cotidiano. Muitos fazendeiros mantiveram solidariedades políticas com importantes nomes da Corte como forma de trocar favores e garantir os interesses do café na política nacional.<sup>58</sup>

No âmbito local, o poder desses fazendeiros era garantido através da participação em postos de comando na Guarda Nacional, ocupação de importantes cargos da política local, além de imbricadas redes de solidariedade que eram tecidas entre as “principais famílias”. Não obstante, cabe salientar que esse preenchimento de cargos se dava direta ou indiretamente, por membros destas famílias ou seus apadrinhados. Para exemplificar, tomemos o caso da revolta de Manoel Congo, ocorrida em Vassouras, em 1838, estudada por Flávio Gomes, Ricardo Salles e Magno Fonseca.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup>CHALHOUB, Sidney. “Diálogos políticos em Machado de Assis” in: CHALHOUB, S; PEREIRA, L. *A História Contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1998, p96. O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias de estigmatização de adversários sociais e políticos, eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar todas essas atividades.

<sup>57</sup>Sobre as relações entre formação da classe senhorial e consolidação do Império, ver: MATTOS, Ilmar. Op. cit. E para uma discussão deste processo que privilegia a região do Vale do Paraíba fluminense, consultar: SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Op. cit.

<sup>58</sup>Como exemplo, podemos citar o caso do barão de Capivary e do visconde de Uruguai, na ocasião de membro do Conselho de Estado e chefe do Partido Conservador, que trocaram correspondências, em 1862, para acertar os nomes indicados para a próxima eleição da assembleia provincial. Consultar: *Carta de Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai) ao Barão de Capivary*. Rio, 7 de janeiro de 1862. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 74.

<sup>59</sup>GOMES, Flávio. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. SP: Cia das Letras, 2006.

Na ocasião, o comandante da Guarda Nacional acionado para capturar os fugitivos era Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro barão de Paty do Alferes e um dos maiores proprietários fundiários da região com cerca de mil escravos. As demais autoridades responsáveis pela averiguação do caso – os juízes de paz e o juiz de direito – eram seus parentes: “o juiz de paz da freguesia de Pati do Alferes, José Pinheiro de Sousa Werneck, era irmão do juiz sendo ambos primos legítimos de Lacerda Werneck.”<sup>60</sup>

A partir dos anos de 1840, houve um processo de expansão da classe senhorial que passou a incorporar as classes médias urbanas e profissionais liberais a partir dos ideais de “manutenção da ordem e expansão da civilização”. Enquanto o primeiro garantia a escravidão como peça fundamental para a política e economia do Império, o segundo colocava as formas de comportamento e o *habitus* europeu como modelo de civilidade a ser seguido.<sup>61</sup> Assim, os membros da classe senhorial se pensavam como a boa sociedade do Império e compartilhavam valores e formas de comportamento que os faziam perceber o mundo a partir de pontos de vista comuns, atuando como elementos de coesão intraclasse. Um deles, talvez o mais importante, era a crença de que seu lugar social se definia em oposição à massa da população escrava – homens e mulheres, africanos ou crioulos que eram privados de sua liberdade e considerados propriedades de outrem. Mas não era somente isso. A lógica da diferença que constituía a sociedade Oitocentista fomentava disputas intraclasses. Além de antigos elementos como a posse de terras e escravos, foram agregados ao novo *habitus* civilizado da classe senhorial valores, tais como educação, instrução, etiqueta e refinamento, além de práticas de consumo que, pouco a pouco, tornavam-se um campo privilegiado para disputas por representação e elementos de prestígio.<sup>62</sup>



Louça, toalha de mesa com monograma e conjunto de banheiro: pertencentes à viscondessa de Ubá. Coleção Yvonne Barros Franco.

<sup>59</sup>GOMES, Flávio. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. SP: Cia das Letras, 2006.

<sup>60</sup>Idem, p198. SALLES, Ricardo; FONSECA, Magno. Op. cit.

<sup>61</sup>O conceito de *habitus* aqui trabalhado é entendido a partir das considerações de Norbert Elias, para quem *habitus* é a forma de sentir e agir não reflexiva, o equivalente a uma segunda natureza, que, através do autocondicionamento psíquico, pouco a pouco vai fazendo parte da estrutura da personalidade do indivíduo. Para compreender melhor a forma como Elias entende e trabalha com esse instrumental teórico, deve-se inseri-lo no contexto de sua teoria geral do “processo civilizador”. Sobre o conceito de *habitus*, ver: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa: Estampa, 1995; *Mi Trayectoria Intelectual*. Barcelona: Ediciones Península. 1984; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1993. vol II; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1994. vol I.

<sup>62</sup>MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa*. Op. cit.

Nas fazendas do Vale, essa lógica se traduziu na construção de novas sedes mais sofisticadas, na maioria em estilo neoclássico, com jardins contendo palmeiras imperiais como símbolo do poder e prestígio de seus proprietários.<sup>63</sup> Além disso, a classe senhorial passava a investir na compra de móveis, louças, indumentárias, joias e outros objetos, além de um aumento e especialização da escravaria doméstica. Todos os esforços eram reunidos no sentido de representar a riqueza que essas famílias foram capazes de acumular. Tal preocupação fomentava a disputa por representação entre os membros da classe senhorial onde o “ser” se igualava cada vez mais ao “parecer”.

A comparação dos objetos e bens listados nos inventários de grandes proprietários do início e de meados do século são fontes importantes para percebermos a valorização do luxo no interior da residência e nas formas de conviver no ambiente privado. Além disso, não são raros os inventários onde vemos listadas as sedes da “fazenda velha” e da nova erguida com novos padrões de consumo. Eduardo Schnoor fez esse estudo para as fazendas Pinheiro e Rio Manso, pertencentes à família Aguiar Vallin e localizadas em Bananal, principal cidade do lado paulista do Vale produtora de café no século XIX. Comparando diferentes inventários desta família, ele demonstrou que, ao longo do século XIX, a rusticidade e os padrões de organização do espaço marcadamente coloniais, que valorizavam somente os espaços e instrumentos de produção da fazenda, se transformaram. Nesse processo, a fazenda não será mais vista somente como um lugar de trabalho e produção, mas também de moradia e representação. Seu senhor passava de simples agricultor escravista para membro da base social do novo Império.<sup>64</sup>

O luxo das novas sedes das fazendas e as múltiplas funções dos complexos cafeeiros foi alvo de comentário de muitos viajantes que por ali passaram ou fizeram pouso. Quando esteve em uma das propriedades do comendador José de Souza Breves, o viajante português, posteriormente naturalizado brasileiro, Augusto Zaluar comentou: “a fazenda do Pinheiro, não é uma habitação vulgar da roça; é um palácio elegante, e seria mesmo um suntuoso edifício em qualquer grande cidade”.<sup>65</sup> Zaluar se encantara não somente com a construção, mas com todo o seu entorno:

*A propriedade do Sr. Comendador José de Souza Breves é pois, como já disse, uma das maiores e das mais ricas da Província do Rio de Janeiro. A grande extensão dos terrenos e a fertilidade deles, as vastíssimas plantações de café que cobrem um largo espaço de elevados morros, o número prodigioso de cativos consagrados aos trabalhos agrícolas, os grandes auxiliares de que dispõe o proprietário, já como abastado capitalista, já como homem de bom senso e praticamente conhecedor da nossa lavoura, conferem a este estabelecimento as honras de primeira grandeza.*<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup>D’ELBOUX, Roseli Maria Martins. “Uma *promenade* nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo”. in: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. vol.14 no.2 São Paulo July/Dec. 2006.

<sup>64</sup>SCHNOOR, Eduardo. “Das casas de morada à casa de vivenda” in: CASTRO, Hebe M. M. de & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate- uma janela para o Oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995.

<sup>65</sup>ZALUAR, Augusto. Emílio. *Peregrinações pela província de São Paulo (1860-1861)*. SP: Itatiaia/EDUSP, 1975. A Fazenda do Pinheiro, localizada em São João Batista do Arrozal, próximo de Pirai, foi herdada pelo comendador José de Souza Breves de seu finado sogro, barão de Pirahy, e ampliada, ao longo dos anos. Esse complexo cafeeiro teve grande importância no século XIX e, na década de 1860, sua produção correspondeu a cerca de 20 % de todo café produzido em Pirai. Enquanto a média anual ficava em torno de quinhentos e vinte mil arrobas de café, a Fazenda do Pinheiro contribuía com noventa mil arrobas e a Fazenda Barra Mansa, outra propriedade do comendador, com mais dez mil. Na região de Pirai, estes números eram superados somente por irmão, o comendador Joaquim José de Souza Breves, que, além de noventa mil arrobas colhidas em Pirai, ainda contava com outras cem mil arrobas provenientes de fazendas em Resende, São João do Príncipe e nas freguesias de São João Marcos, Passa Três, São Vicente Ferrer e São Sebastião. Sobre os irmãos Breves, consultar: LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. UFF: Programa de pós-graduação em História, dissertação de mestrado, 2010.

<sup>66</sup>ZALUAR, Augusto. Emílio. Op. cit.

Na visão de Zaluar, o complexo cafeeiro do comendador Breves merecia destaque, pois elencava características importantes para uma fazenda “de primeira grandeza”: fertilidade dos campos, tamanho dos cafezais já existentes e grandes extensões de mata virgem, esta última vista como um fator importante para garantir o investimento empregado, já que a cultura do café, da forma como era praticada no Brasil oitocentista, constantemente necessitava da derrubada de mata virgem para novo plantio. Além disso, o elevado número de escravos e trabalhadores livres – estes últimos denominados “auxiliares” – garantiram a José de Souza Breves e a outros grandes cafeicultores do Vale a posição de “abastados capitalistas”, como se dizia à época.

A disposição interna da casa de vivenda e os eventos sociais lá ocorridos também receberam atenção não só de Zaluar, mas também do casal Agassiz que lá esteve:

*Um delicioso jardim se desdobra com um tapete de flores pelo pendor da colina sobre que está assentada esta suntuosa habitação, e dá-lhe um novo realce. Duas escadas laterais de mármore levam a uma espaçosa varanda, para onde deita a porta do salão de espera, que é uma vasta quadra cujas paredes estão adornadas pelos primorosos retratos de Sua Majestade o Imperador e Sua Majestade a Imperatriz, devidos ao hábil pincel de Cromoelston. (...) A sala nobre é uma peça soberba. Grandes espelhos de Veneza, ricos candelabros de prata, lustres de cristal, mobília, tudo disputa a primazia ao que deste gênero se vê de mais ostentoso na própria capital do Império”.<sup>67</sup>*

*À noite, quando depois do jantar tomávamos o café na varanda, uma orquestra composta de escravos pertencentes à fazenda nos proporcionou boa música. A paixão dos negros por essa arte é um fato observado em toda parte; esforçam-se muito para aprendê-la, aqui, e o Sr. Breves mantém em sua casa um professor a quem os alunos fazem honra na verdade. No fim da noite, os músicos foram introduzidos nas salas e tivemos um espetáculo de dança, dado por negrinhos que eram dos mais cômicos. Como uns diabretes, dançavam com tal rapidez de movimentos, com tal animação de vida e alegria espontânea que era impossível não os acompanhar”.<sup>68</sup>*

Nas descrições acima, a sede da fazenda é ressaltada como espaço de moradia e representação. Enquanto Zaluar destacava vários elementos de composição do espaço da casa e de seu interior que lhe atribuíam o título de requintada residência, tais como jardim bem cuidado, o uso de materiais nobres como o mármore e espelhos, além da disposição de objetos e mobílias luxuosas; o casal Agassiz preferiu valorizar a preocupação do anfitrião em manter *habitus* civilizados, como a apreciação da música clássica europeia. No último caso, o que parece mais chamar a atenção dos narradores é ouvir tais canções executadas por uma banda de música formada por escravos.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup>Ibdem, Idem.

<sup>68</sup>AGASSIZ, Luis e Elizabeth. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Brasília: Senado Federal, 2000, p 107.

<sup>69</sup>Os escravos Benjamim, Bruno, Domingos, Elias, Emiliano, Fabiano, Roque, Valeriano eram alguns dos cativos que formavam a banda de música da Fazenda do Pinheiro. “Estavam entre os 385 escravos avaliados no espólio da fazenda no início da década de 1880 e conformavam o rol dos cativos mais valiosos do Comendador, cerca de 700 mil réis cada um, só se igualando a outros escravos profissionais. Interessantemente todos eles eram pretos crioulos, com exceção de Domingos, avaliado como pardo. Aliás, quase todos eram crias da fazenda, já que somente Benjamim teria vindo de outra propriedade.” Ver: LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. Op. cit., pp108, 109.

Para nossos viajantes suíços, a escravidão continha um lado civilizatório para os negros. Neste caso, o mérito era do senhor que custeava um professor para seus escravos músicos e sabia apreciar a boa arte. A música clássica europeia, vista como civilizada, contrastava com as danças e lundus apresentados pelas crianças escravas. Aos olhos desses apreciadores europeus, aí estava o exótico e o pitoresco. Tal contraste pode ser percebido na própria denominação utilizada: enquanto os primeiros escravos eram simplesmente chamados de “músicos”, os outros eram denominados de “negrinhos” e “diabretes”. A perspectiva por eles descrita não se distanciava muito daquela compartilhada pela maioria da classe senhorial do Império.



Bandas de música formadas por escravos do barão do Pilar e do visconde de Pimentel. Manuel Maria de Paula Ramos, Valença, 1875. ERMAKOF, G. O negro na fotografia brasileira do século XIX. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004. p. 225.

Nas descrições de Zaluar e do casal Agassiz, na propriedade do Pinheiro, que ainda contava com farmácia, hospital, cozinhas para os hóspedes, cozinha para os negros, capelas, além de estradas e toda a infraestrutura para beneficiamento do café, tudo funcionava na mais perfeita ordem. Nas narrativas apresentadas, os “mundos da fazenda” aparecem esvaziados de violência e conflitos. A escravidão era “mimetizada” na grandiosidade do complexo cafeeiro.

Tudo parecia funcionar na mais perfeita ordem! Já a organização e gerenciamento dos negócios eram descritos como modernos e pertencentes a um empreendimento de grande sucesso. No discurso senhorial escravista, assim como nas falas dos viajantes aqui analisados, era perfeitamente possível a convivência entre modernidade, liberalismo e escravidão.<sup>70</sup> Ou melhor, a escravidão era a própria base de sustentação econômica da jovem nação que se consolidava e pretendia se projetar para o futuro como uma monarquia civilizada nos trópicos a exemplos de suas irmãs europeias.

A visão da fazenda de café como um lugar moderno variava de acordo com a magnitude do complexo cafeeiro encontrado e o prestígio de seus donos. Elizabeth e Luiz Agassiz em outra ocasião relatavam:

*Penetramos na zona das mais ricas plantações de café. (...) Próximo à última estação, há uma grande exploração rural ou fazenda, que produz, segundo nos disseram, cinco a seis mil quintais de café nos bons anos. Essas fazendas são edifícios de aspecto singular, baixos (comumente de um só andar) e muito compridos; as maiores cobrem uma área considerável. Como se acham inteiramente isoladas e afastadas das demais habitações, os que nelas moram têm que fazer provisão de tudo o que é preciso para as suas necessidades. Isto conserva nos proprietários costumes inteiramente primitivos.<sup>71</sup>*

Para o casal suíço, um dos aspectos que explicaria o “primitivismo de costumes”, não obstante o potencial da propriedade em número de cafeeiros plantados, era o isolamento em que a fazenda se encontrava. Uma arquitetura mais modesta e menos imponente foi característica de muitas sedes de fazendas de café, a exemplo da Taquara, que pertenceu à família Faro, uma das mais antigas e maiores proprietárias de São Benedito da Barra do Pirai.

Como se vê, as sedes devem ser analisadas em conjunto com todo o complexo cafeeiro em que se encontra e, se possível, em conjunto com outras fazendas do mesmo proprietário, no caso dos grandes fazendeiros. Em 1859, Zaluar também descreveu a **Fazenda do Ribeirão Frio**, em Pirai:

*Assentada no meio de uma vasta planície, circundada por um horizonte de montanhas cujo recorte se desenha com facilidade, a casa espaçosa e branca avulta dentro de um terreiro de trezentas e onze braças de circunferência! É o maior que tenho visto. Esta imensa praça é fechada em torno pelas senzalas, engenho e mais oficinas, de modo que forma uma larga cidadela para onde se entra por dois grandes portões laterais.*

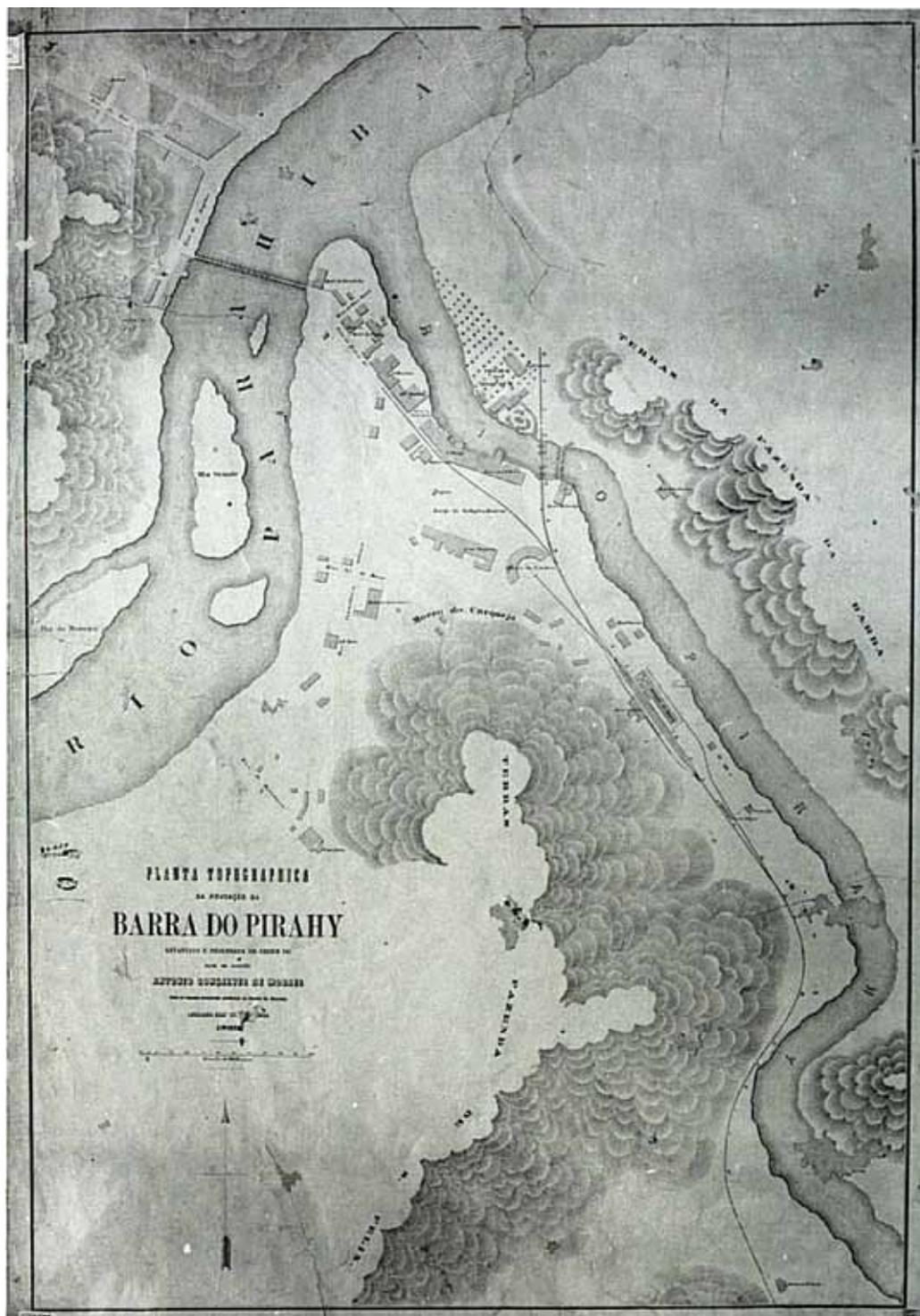
*As senzalas, caiadas todas e construídas uniformemente, destacam-se, bem como a casa, do verde graduado das florestas, e dão a esta propriedade um aspecto novo e agradável. (...) Uma propriedade rural montada no pé em que se acha, o Ribeirão Frio é mais do que um prédio de simples vivenda; é uma cidade em ponto pequeno, onde se cultivam muitos ramos de indústria e se põem em movimento todas as gradações do trabalho.<sup>72</sup>*

---

<sup>70</sup>MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. RJ: Zahar, 2000.

<sup>71</sup>Grifo meu. AGASSIZ, Luis e Elizabeth. Op. cit.

<sup>72</sup>Grifo meu. ZALUAR, Augusto. Op. cit, p29. Augusto Zaluar chegou ao Brasil na década de cinquenta, se estabeleceu na corte, trabalhou como jornalista no Correio Mercantil e no Diário do Rio de Janeiro.



Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Planta topográfica da povoação da Barra do Pirahy – de 100 braças / Lauriano José [ilegível] Tenente / 1869 XIX – O mapa representa o arruamento de Barra do Pirahy assinalando as seguintes edificações: Antônio Selman; caixa d'Ágoa; Puchinho; Estação da Barra; Hotel do Leite; Hotel Varela; Hotel do Pirahy; Oficina da E. de Ferro; Francisco Eugênio; etc.

A Fazenda Ribeirão Frio fora transformada em um enorme cafezal em 1851, pouco antes da visita de Zaluar, depois que Joaquim José de Oliveira Ferraz, político da Vila de Barra Mansa e futuro barão de Guapi, a adquiriu. Ao visitá-la, Zaluar não conseguiu disfarçar em seus comentários o sentimento de encantamento com o que via. Sua fala ressalta a casa de vivenda não só como moradia dos senhores, mas também como uma empresa agrícola, local da gerência dos negócios e da produção. Segundo ele, sua disposição espacial no centro era fundamental para que a fazenda mantivesse uma organização do trabalho diversificada, em larga escala e com altos índices de produtividade. O reconhecimento de tais características fez com que comparasse a fazenda a uma “pequena cidade”, espaço do progresso e do desenvolvimento. As “pequenas cidades” eram, portanto, aquelas com produção e exploração do trabalho em larga escala que atendiam ao mercado mundial de café em franca expansão.

O papel da fazenda como empresa agrícola, onde tudo é organizado em função do trabalho e da produção, não era uma mera impressão dos viajantes que percorriam o Vale. Os grandes cafeicultores pensavam o conjunto de suas propriedades de forma a articular suas produções e controlar o tempo daqueles que lá moravam e trabalhavam. No documento “Instruções Gerais para a Administração das Fazendas” que vigorava na **Fazenda Areias** e em outras propriedades do barão de Nova Friburgo e do conde de São Clemente, por exemplo, o tempo de todos os habitantes era regulado em função do trabalho.<sup>73</sup>



Instruções gerais para administração das fazendas, 1870 / Manuscrito 33x22,5 cm; Coleção particular – Fls. 108 do Catálogo da Exposição do Negro de Corpo e Alma, Mostra do Descobrimento, Brasil 500 é mais, Fundação Bial de São Paulo, 2000.

<sup>73</sup>Em 1828, o Brasil atingiu a marca de maior exportador de café do mundo e a região do Vale chegou a receber um grande fluxo de escravos africanos quase que diariamente. O diplomata Johann Jakon von Tschudi registrou no livro de contas de Cantagalo o índice de 3.800 pés de café por escravo e o barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, operava com 5 a 6.000 pés em suas propriedades. A região do Vale do Paraíba passava a ser uma peça chave no mercado mundial de produção, distribuição e consumo de café em massa. “Instruções Gerais para a Administração das Fazendas”. Boa sorte, 1870 in: AGUILLAR, Nelson (org) *Negro de Corpo e alma- mostra do Redescobrimento*. SP: Fundação Bial de São Paulo/ SO: Associação Brasil 500 anos artes visuais, 2000, pp108, 110.

No documento reproduzido acima havia a afirmação de que o administrador “é responsável pelo emprego do tempo”. Um suceder de dias e noites era marcado pelos sinos que batiam uma hora antes do sol nascer e badalavam em vários outros momentos da longa jornada a que os escravos eram submetidos. Tudo era contado e controlado: horário, quantidade de refeições, roupa, colheita e preparação do café, orações matinais, dias e formas de descanso, etc. Contudo, o tempo passava de forma diversa para os diferentes sujeitos sociais que habitavam e trabalhavam nas fazendas.

Além das descrições dos viajantes, os livros de conta ou cadernos de assento das fazendas também são fontes ricas para se estudar os complexos cafeeiros em suas funções de trabalho e produção. Como exemplo, podemos citar os casos das fazendas Taquara e Pau Grande, onde foram encontradas as contabilidades do comendador João Pereira da Silva (1869)<sup>74</sup>, no primeiro caso, e Luis Gomes Ribeiro (1798/1810)<sup>75</sup> e visconde de Ubá (1870/1876)<sup>76</sup>, no segundo caso. As anotações minuciosas da safra de café vendida, empréstimo de dinheiro a juros, pagamento de dívidas, compra de produtos de subsistência, serviços médicos para os escravos, compra de material, dentre outros gastos, demonstram o envolvimento de um grande número de pessoas e, principalmente, do proprietário na administração da fazenda.

Outra fonte interessante de ser analisada são os diários e cadernos de anotação. Para as **fazendas Monte Alegre, Piedade e Arcozelo**, a viscondessa do Arcozelo, filha dos barões de Paty do Alferes, deixou anotações importantes sobre seus funcionamentos. Cotidianamente, Maria Isabel Peixoto Lacerda Werneck preenchia seu diário pessoal e pontuava o que julgava ter acontecido de mais importante. Apesar do conteúdo de diário íntimo do documento, a viscondessa sempre registrava as grandes tarefas e os principais problemas de suas fazendas.<sup>77</sup>

*Principiou-se a colheita do café das águas. (29 de agosto)*

*O Castro mandou vir a gente da Piedade para apanhar café aqui. (12 de setembro)*

*As 9 ½ ameaçou muita chuva, veio toda a gente da roça recolher café. (15 de setembro)*

*Amanhã colherão 515 alqueires de café, 27 pessoas. (17 de setembro)*

*Concluiu-se hoje a colheita de café, 28 mil alqueires. (3 de dezembro)*

A forma de narrativa empreendida por Maria Isabel, apesar de ligeira e pontual, não deixava de demonstrar que a produção do café era uma preocupação de todos, inclusive das mulheres, mesmo não estando diretamente ligados ao trabalho no eito. Portanto, aqueles homens e mulheres que permanentemente viviam na fazenda e da fazenda compartilhavam uma percepção do tempo como efetivamente marcado pelo trabalho. Sem negar as diferenças brutais que separavam escravos e senhores na sociedade imperial, todos aqueles que integravam os “mundos da fazenda” vivenciavam o tempo a partir de um ponto em comum: a produção do café.<sup>78</sup>

---

<sup>74</sup>Livro de contabilidade do ano de 1869 pertencente ao acervo da Fazenda da Taquara.

<sup>75</sup>Cadernos de Contas apresentadas por Luiz Gomes Ribeiro, sócio e gerente da Fazenda do Pau Grande de 1797 a 1810”. (Coleção Particular 2).

<sup>76</sup>Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda -1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798. (consultar anexo 2)

<sup>77</sup>MAUAD, Ana Maria & MUAZE, Mariana. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela (org). *Escrita de si, escrita da história*. RJ: FGV, 2004.

<sup>78</sup>THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial” in: *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. SP: Cia das Letras, 2008.



Fotografias de Mariana Ribeiro de Avellar e Joaquim Ribeiro de Avellar, visconde e viscondessa de Ubá, tiradas durante a sua estada na Europa com toda a família. Carte cabinet, Mon G. Lê Gray & Cie, 1874. Acervo Bento Figueira de Mello.



A forte preocupação da viscondessa com o clima e as intempéries que aparece em seu diário estava relacionada aos prejuízos que a mesma causava à colheita do café, à saúde dos escravos e, portanto, às finanças da fazenda e de sua família. Para os senhores e senhoras, ali estavam em jogo a preservação da riqueza, do patrimônio e a sua continuidade como classe senhorial. Para os homens livres as possibilidades eram múltiplas, tais como múltiplas eram as suas ocupações de trabalho no complexo cafeeiro: feitores, trabalhadores por jornada, pequenos comerciantes, arrendatários, arreadores<sup>79</sup>, dentre outros. Para os escravos, aquela temporalidade se alternava entre as mais de 16 horas de trabalho diário e as noites nas senzalas. Certamente, esse era um tempo que se esgarçava, parecia não passar, e só era amenizado pelos descansos aos domingos e dias santos.

Não obstante estejamos tratando aqui dos grandes complexos cafeeiros e dos grandes cafeicultores, esses não eram a maioria numérica dos lavradores do Vale, ainda que detivessem a maior parte dos cativos e das terras. Portanto, as rotinas dos escravos variaram muito de propriedade para propriedade, de senhor para senhor. Nas fazendas menores, os atributos de trabalho e produção falavam mais alto e a preocupação com elementos de representação não estavam na ordem do dia. Como discutimos aqui, a simplicidade de muitas construções coexistiu, portanto, com a construção das novas sedes com opulência e requinte arquitetônico nas diferentes regiões do Vale do Paraíba fluminense. Não importando o tamanho da propriedade ou a riqueza de suas construções, a escravidão marcava o cotidiano das fazendas de café e ritmava os longos dias de trabalho passados na lavoura. Ela era o cenário e a base da expansão social, econômica e política da classe senhorial.



Livro de controle de escravos da Fazenda Pau Grande, 1876. Coleção Yvonne Barros Franco.

<sup>79</sup>As tropas de mulas que transportavam o café eram conduzidas pelos arreadores, encarregados da direção dos escravos tropeiros (20% da força masculina da fazenda), cuja responsabilidade era a entrega segura da mercadoria no armazém do comissário no Rio de Janeiro. Geralmente, para isto eram contratados imigrantes portugueses.

No século XIX, a escravidão no Brasil não se apresentou como uma continuidade com o passado colonial, mas fez parte de um projeto de presente e de futuro para a jovem nação. A chamada segunda escravidão<sup>80</sup> dialogava com o ideal de modernidade e a doutrina liberal, ao mesmo tempo em que dava sustentação à consolidação do Estado nacional. A força da escravidão como projeto hegemônico no Brasil se explica pelo alto grau de disseminação que possuía na sociedade Oitocentista. Quase todos os setores sociais livres dispunham de pelo menos um escravo. A propriedade sobre a pessoa escravizada era, portanto, um valor e uma prática comum aos homens livres do Império.<sup>81</sup>

A montagem dos complexos cafeeiros no Vale do Paraíba fluminense se deu no contexto da escravidão moderna e pressupôs um esquema comercial com negociantes da corte não só para escoar a produção de café realizada em larga escala, mas também para suprir a região de mão de obra escrava, majoritariamente africana até 1850. Quando a safra de café colhida descia para a Corte nas tropas de mulas comandadas por arreadores, retornavam ao Vale carregadas de escravos e outras encomendas adquiridas na corte pelas casas comissionárias de confiança de cada fazendeiro. Até 1830, esses escravos comprados quando provinham da África eram desembarcados no porto do Rio de Janeiro. Contudo, depois que o tráfico foi declarado ilegal, os desembarques passaram a ser clandestinos, à noite e afastados do centro da cidade.<sup>82</sup> Mesmo assim, boa parte das negociações continuou como antes até a proibição definitiva com a assinatura da lei Eusébio de Queiroz em 1850. A nova conjuntura política, econômica e social traria sim uma concentração cada vez maior de terras e mão de obra escrava nas fazendas do Vale fluminense.<sup>83</sup>

**Monte Alegre, Arcozelo, Guaribu, Piedade, Pau Grande, Ribeirão Frio, Areias, Pinheiro, Taquara, São Joaquim da Grama, Boa Sorte,** estes foram alguns dos muitos cenários animados por milhões de homens e mulheres, africanos ou crioulos, escravizados. Durante praticamente todo o século XIX, no período em que o café esteve em alta no mercado internacional, os escravos foram os atores mais numerosos e importantes para o funcionamento produtivo dos complexos cafeeiros. Suas experiências e vivências compõem os “mundos da fazenda” aqui estudados.

---

<sup>80</sup>MARQUESE, Rafael; Dale, TOMICH. Op. cit.

<sup>81</sup>SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Op. Cit.

<sup>82</sup>KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. SP: Cia das Letras, 2000.

<sup>83</sup>Ricardo Salles demonstra que, na região de Vassouras, os mega e grandes proprietários ampliaram sua participação na posse de cativos de “34,5% para 74,23% entre 1836 e 1850; para 72,2% entre 1851 e 1865 e para 70,24% entre 1866 e 1880”. Ao longo do Oitocentos, muitos pequenos e médios proprietários que dependiam dos grandes cafeicultores acabaram em dificuldades e perderam ou se desfizeram de suas posses. Como demonstrou João Fragoso, para Paraíba do Sul este mesmo processo ocorre. Como consequência, os grandes senhores tiveram facilidade de ampliar suas posses sobre a terra e os escravos necessários para atender a demanda crescente do mercado internacional. SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Op. cit. FRAGOSO, João Luís. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-exportadora no Rio de Janeiro: 1790-1888*. Op. cit.



Imagem da Fazenda Guaribu, já demolida, foto arquivo INEPAC / década de 1970. No século XIX pertenceu a Luis Gomes Ribeiro e Joaquina Mathilde de Assunção, irmã mais velha do barão do Capivary.

Baseado em entrevistas com ex-escravos de Vassouras, o historiador Stanley Stein realizou um trabalho pioneiro nos anos cinquenta, o qual descreveu com detalhes o cotidiano desses trabalhadores no eito.<sup>84</sup> Antes de o sol nascer, as cozinheiras eram as primeiras a se levantar para preparar a primeira refeição composta de café, melaço e fubá cozido. Em seguida, um feitor ou capataz tocava o sino para acordar os escravos que se lavavam em um tanque de água próximo, pegavam os instrumentos de trabalho e iam para fora da senzala aguardar a reza matinal. Após a oração, o administrador da fazenda contava os escravos, dividia-os em turmas com seus respectivos feitores e capatazes responsáveis. Nesse momento, o administrador tem que “determinar a cada feitor o serviço que deve fazer, e entregar o necessário mantimento que de véspera deve estar preparado, mandando seguir, levando cada feito diante de si todos os escravos de seu terno”.<sup>85</sup>

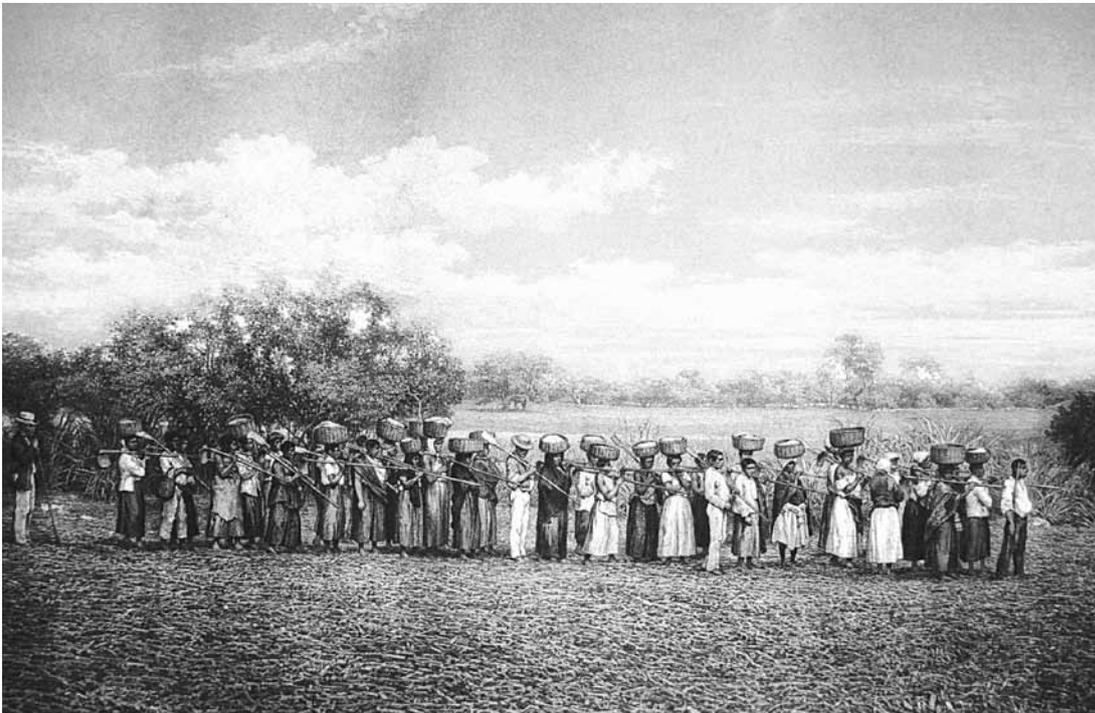
---

<sup>84</sup>STEIN, Stanley. op. cit.

<sup>85</sup>*Instruções gerais PA.a administração das fazendas*. Op. cit, p108



Almoço na Roça, Litografia de Victor Frond, década de 1850. ERMAKOF, G. O negro na fotografia brasileira do século XIX. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004. p. 153



A partida para a roça. Litografia de Victor Frond, 1859. ERMAKOF, G. O negro na fotografia brasileira do século XIX. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004. p. 152

Nas grandes fazendas, a maioria dos cativos ia para a lavoura de café, mas também havia aqueles que permaneciam na fazenda, ou por estarem incapacitados, com algum problema de saúde, ou porque eram incumbidos dos serviços domésticos ou outras atividades especializadas. No caso dos escravos enfermos, Flávio Gomes demonstra que a sociedade Vassourense do século XIX entendia que “o senhor não era só aquele a quem deveria ser destinado o produto do trabalho, mas também aquele que deveria prover seus escravos de alimento, roupas, moradias, tratá-los nas enfermidades e castigá-los quando necessário”.<sup>86</sup> Em seu testamento, o barão de Paty do Alferes demonstrava que a saúde de seus escravos o preocupava não só por obrigação moral, mas também por medo de perdas financeiras, já que a morte de uma “peça” significava prejuízo para seus donos: “Os escravos ficavam sujeitos a infecções respiratórias, nos lugares onde descascavam e peneiravam o café, exposto ao sol por meio de pilões e peneiras produziam pó muito fino prejudicial à saúde dos escravos afetando-lhes particularmente os pulmões.”<sup>87</sup>

Na enfermaria da Fazenda Pau Grande, o visconde de Ubá recebia para tratamento médico não só seus escravos, mas também aqueles pertencentes a parentes que habitavam a Corte.<sup>88</sup> Já nas propriedades do barão de Nova Friburgo e do conde de São Clemente, a ordem era:

*Examinar com muitíssima atenção os pretos que tiverem dado parte de doentes, e os que já estão no hospital, convencendo-se que o enfermeiro tenha fielmente administrado aos doentes o que o doutor tiver prescrito, ou que a boa razão e experiência indicar nas moléstias leves, mandando imediatamente chamar o acultativo nas que não se conhecerem ou apresentarem aspecto grave: curar as feridas, mandando dar ocupação aos convalescentes ou doentes que possam, proporcionadas as circunstâncias.*<sup>89</sup>

Além dos enfermos, os outros escravos que permaneciam na fazenda possuíam funções especializadas no espaço doméstico da casa de vivenda ou algum outro lugar. O *habitus* civilizado incorporado pela classe senhorial oitocentista exigiu um maior requinte dos modos de comportamento nos ambientes público e privado e desencadeou uma especialização dos serviços domésticos. A vida nas fazendas passou a contar com um maior número e variedade de escravos domésticos: cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, amas de leite, pajens, *vallet de chambre*, mucamas, copeiro, etc. No caso dos serviços especializados ligados à produção da fazenda propriamente dita, as funções também eram múltiplas: alfaiate, candeeiro, carpinteiro, carreiro, costureira, pedreiro, sapateiro, despenseiro, tanoeiro, enfermeiro, tropeiro, falqueador (derrubada de matas), ferreiro, formigueiro (exterminio de pragas), etc., e estavam relacionadas às demandas por maior produtividade e profissionalização ocorridas no século XIX. De uma maneira ou de outra, estudos comprovam que os cativos com funções especializadas tinham mais probabilidade de conquistar benefícios, acumular algum pecúlio e até adquirir a tão sonhada alforria do que os seus colegas do eito a quem uma pesada e extenuante jornada de trabalho era impingida.

---

<sup>86</sup>GOMES, Flávio. Op. cit, p 193

<sup>87</sup>Inventário de 1862, falecido barão do Pati do Alferes; Fazendas Monte Alegre, Manga Larga, Piedade, Sant'Ana, Palmeiras, Monte Líbano, Conceição. Inventário Cart. 1º Ofício de Vassouras, *apud* Paula, Francisco de & Ponde, Azevedo. “A Fazenda do Barão de Pati do Alferes (Fazenda Piedade)”, in: Revista do IHGB, seção Originais, Rio de Janeiro, p. 120

<sup>88</sup>MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa...* op. cit, p130

<sup>89</sup>*Instruções gerais PA.a administração das fazendas.* Op. cit., p109

No cotidiano duro da lavoura, muitas turmas de cativos cantavam o jongo para passar o tempo.<sup>90</sup> A lentidão ou a queda da produção significava punição para o escravo, onde a mais comum era a chicotada. Como recomendava Carlos Augusto Taunay em seu manual, deveria haver:

*Obrigatoriamente com uma rigorosa disciplina nos campos: e normalmente nas grandes fábricas, onde uma perpétua vigilância e regra intransgressível devem presidir aos trabalhos, ao descanso, às comidas, e a qualquer movimento dos escravos, com o castigo sempre à vista. A maior ou menor perfeição desta disciplina determina maior ou menor grau de prosperidade dos estabelecimentos.*<sup>91</sup>

Durante o dia, o escravo fazia mais quatro refeições, sempre entremeadas com o trabalho duro do eito. O almoço era servido às 10 horas e composto de angu e um pouco de feijão temperado com toucinho e gordura de porco. Em alguns casos, a refeição ainda conter outros ingredientes, como abóbora, batata doce e farinha de mandioca. Esta breve pausa de mais ou menos uma hora também era aproveitada pelas escravas para amamentarem seus bebês, antes de voltarem ao trabalho. Aproximadamente às 13 horas, havia uma pausa para o café, muitas vezes acompanhado do resto do angu do almoço, e depois o jantar tinha início por volta das 16 horas. Prosseguia-se trabalhando até o anoitecer quando os capatazes chamavam os escravos para a nova contagem, seguida pelas atividades noturnas, tais como: secagem do café nos meses de inverno, moagem do milho para fazer fubá, confecção da farinha de mandioca, preparação do café para consumo, corte de lenha, transporte de água. Ao voltar para a senzala, recebiam uma ceia e iam dormir.<sup>92</sup> Sobre a noite nas senzalas, o viajante suíço Johann Jakob von Tschudi descreveu:<sup>93</sup>

*Cada negro possui de 3 a 4 cobertores que usa também como colchão, se não prefere utilizar-se da esteira. Um pequeno travesseiro completa a cama primitiva. (...) As senzalas ficam abertas até às 10 horas da noite, havendo até lá, um convívio misto nas mesmas. A um sinal dado por uma campainha, os homens e as mulheres se retiram, cada qual para sua habitação, e o guarda as fecha a chave, abrindo-as na manhã seguinte, uma hora antes de iniciar-se a tarefa diária. As crianças menores dormem com as mães, as maiores possuem suas tarimbas individuais, dormindo em geral duas crianças em cada uma. Os negros casados vivem em recintos menores, devidamente separados.*

---

<sup>90</sup>LARA, Sílvia Hunold; PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007. Sobre o assunto, assistir também ao vídeo *Jongos, calangos e folias – música negra, memória e poesia* (2007) realizado pelas professoras Hebe Mattos e Martha Abreu.

<sup>91</sup>Apud MARQUESE, Rafael, Op. Cit, p 273.

<sup>92</sup>STEIN, Stanley. Op. Cit.

<sup>93</sup>VON TSCHUDI, Johann Jakob. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. BH/Itatiaia & SP/EDUSP, 1980. p. 56.



Escravos em senzalas individuais, litografia Victor Frond, 1859. TELLES, Augusto Carlos da Silva. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. p.85.

A dura rotina aqui descrita só era quebrada em casos de alguma intempérie ou problema na administração da fazenda, exceto aos sábados após a labuta, quando era permitido que fizessem suas danças e cantos ao ar livre, e aos domingos, quando era o descanso semanal e a distribuição de tabaco e roupas limpas aos cativos. Neste dia, muitos senhores permitiam que seus escravos cultivassem roças próprias. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, em seu livro *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, recomendava a seus pares:

*O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças; plantem o seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana etc. Não se deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna. Este dinheiro serve-lhe para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos. Deve, porém proibir-se-lhe severamente a embriaguez pondo-os de tronco até lhes passar a bebedeira. (...) Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhe adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse pequeno direito de propriedade. (...) O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano.<sup>94</sup>*

<sup>94</sup>WERNECK, Francisco Peixoto de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. p.63.

Tanto a chamada brecha camponesa quanto a permissão oficial para a constituição de famílias no cativeiro faziam parte de uma política senhorial de domínio e tratamento dos escravos, e que articuladas buscavam manter a “paz nas senzalas”.<sup>95</sup> Na Fazenda Pinheiro, por exemplo, 1/3 dos cativos possuía uniões estáveis, totalizando 48 famílias, sendo a metade formada de casais com filhos, o que também garantia a reprodução da escravaria.<sup>96</sup> Já a permissão para o cultivo de pequenas porções de terra, além da função ideológica de controle social, também dirimia os custos da manutenção dessa mão de obra. Sobre este aspecto em particular, Flávio Gomes afirma que:

*Em vez de dar rações diárias aos cativos, alguns fazendeiros os dispensavam por um ou dois dias na semana para que cultivassem suas roças, de onde tiravam produtos para a alimentação. Quanto aos escravos, o direito de utilização de tempo para cultivar suas roças era visto como conquista. (...) Por meio destas práticas, os cativos desenvolveram uma economia própria, comerciando com taberneiros e cativos de fazendas próximas.<sup>97</sup>*

Segundo o historiador Rafael Marquese, tais concessões faziam parte da “política do bom tratamento do escravo”, descrita pelo marquês de Abrantes em seu livro, e composta de: fornecimento de alimentos, roupas e moradia adequados aos cativos; permissão para que amealhassem alguma propriedade como forma de inspirar no cativo o desejo do trabalho; incentivo a formação de famílias; cuidado com as crianças escravas e diminuição da carga de trabalho das grávidas e mães com crianças pequenas; algum tempo livre para lazer e descanso; tratamento dos enfermos; punições corporais justas e bem aplicadas.<sup>98</sup>

Como se vê, eram variadas as táticas que compunham a política senhorial de domínio. O barão de Paty do Alferes, certa vez, prometeu “prêmios” de 40 réis de gratificação para cada escravo que cumprisse a tarefa de coletar cinco alqueires de café. No entanto, explicava ele, “com este engodo que era facilmente observado, consegui que apanhassem sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral”.<sup>99</sup> Para o barão, a quebra do acordo era justificada pelo fato dos escravos não estarem rendendo o máximo da sua capacidade de trabalho. Portanto, a vigilância deveria ser constante e realizada durante o trabalho para que os escravos não lesassem seus senhores em sua produção, seja prejudicando o cafeeiro durante a coleta ou em qualquer outra fase da produção, seja produzindo menos do que sua capacidade de trabalho, ou até roubando sacas de café, outros produtos ou ferramentas de trabalho. Este foi o caso do escravo Manoel, pertencente a Augusto Soares de Souza, que foi flagrado vendendo uma saca de café roubada para um taberneiro na paróquia de Ferreiros.<sup>100</sup>

---

<sup>95</sup>FIORENTINO, Manolo & GOES. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. RJ: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>96</sup>LOURENÇO, Thiago Campos. Op. cit, p64.

<sup>97</sup>GOMES, Flávio. Op, cit, p202.

<sup>98</sup>MARQUESE, Rafael. Op. cit, p268, 269.

<sup>99</sup>Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc. Rio de Janeiro, Tipografia Universal Laemmert, 1ª edição, 1847,p.21, Apud. Silva, E. & Reis, J.J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989, p.28.

<sup>100</sup>Caso estudado por STEIN, Stanley, op. cit, p 209.

Em resumo, pode-se dizer que a política senhorial de domínio implementada possuía dois lados, mesmo que com potenciais desiguais de luta. Enquanto os senhores buscavam a “paz das senzalas” através de diversos recursos, entre eles a distribuição de pequenos benefícios e de posse do monopólio da violência<sup>101</sup>, aos escravos cabia a negociação por dentro do sistema instituído. A convivência cotidiana entre livres e cativos fundava espaços ambíguos onde o diálogo – mesmo que entre desiguais – era passível de acontecer. Jogando no território do possível sem se contrapor diretamente à lógica vigente, os escravos mapeavam estratégias de subordinação que lhes permitiam pequenas conquistas: constituição de família, terras para plantio, descansos em domingos e dias santos, compra da liberdade, alforria, etc. Várias foram as estratégias de subordinação dos escravos domésticos e do eito para ganhar a confiança de seus senhores e feitores. No meio de uma vida tão precária, pequenos benefícios podiam significar muito e aliviar um pouco as agruras do cativo.<sup>102</sup> Em seu diário, a viscondessa do Arcozelo enumera algumas destas grandes e pequenas conquistas às vésperas da abolição:

*Os pretos de casa cantarão os Reis.* (6 de janeiro de 1887, dia de Reis)

*Os escravos farão festa.* (23 de junho de 1887, dia de São João)

Chico acabou de fazer a matrícula. Ficarão livres das três fazendas 37 escravos.

Monte Alegre: *Ventura, Miguel, Mathias, Domingos Carreiro, Caetano, Dionísio, Jachinto, Custodio Cabinda, Laureano, Polycarpo, Eufrazia, Carolina, Anacleto, Luiza, Maria Conga.*

Piedade: *Madalena, Eugenia, Bento, Mathias, Antonio Monjolo, Faustino, Felipe, Thereza, M<sup>a</sup> Cassange, Domingos Congo, Gertrudes Benguela, Francisca Benguela, Candido, Drezida, Ambrosio Fromigueiro, Clemente, Tude, Marcelina.*

Freguesia – *João Cassange, Ephigenia, Miguel, Rodrigo.* (31 de janeiro de 1887)

Do embate entre a violenta política de dominação legitimada pelos senhores e as estratégias de sobrevivência articuladas pela população escrava, emerge uma dinâmica social calcada no sentimento do “sobressalto” que permeava os mundos da fazenda. Ao conseguir pertencer à rede e fazer parte da “política de favores” de seus senhores, o escravo acabava enredado em seus anseios, cativo de suas próprias conquistas, porque passava a conviver com o temor de perdê-las. Por outro lado, na outra ponta da gangorra de forças, os senhores viviam em constante “estado de alerta”. As políticas de negociação implementadas cotidianamente eram instáveis e podiam rapidamente se tornar motivo de conflito, sobretudo, através de fugas individuais ou coletivas, rebeliões nas senzalas, roubos e ataque a senhores e feitores seguidos de morte. Como afirma Robert Slenes, os senhores sabiam que estavam “dormindo com o inimigo”, pois os líderes das revoltas nas senzalas eram, frequentemente, os escravos mais chegados.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup>Sobre o monopólio da violência como elemento de poder na sociedade imperial, ver: MATTOS, Ilmar. Op. cit.

<sup>102</sup>Sobre este tema, ver: CHALHOUB, S. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. SP: Cia das Letras, 1990. SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no Oeste paulista” in: ALENCASTRO, L. F. *História da Vida Privada no Império*. SP: Cia das Letras, 1997, p 236. Ver ainda: MATTOS, H. *Das Cores do Silêncio*. Op. cit. GUEDES, Roberto, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, SP, 1798-1850)*. RJ: Mauad/ RJ: FAPERJ, 2008.

<sup>103</sup>SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no Oeste paulista” op. cit, p 236. Ver ainda: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Op. Cit.

Para corroborar a afirmativa de Slenes, vale citar a revolta de Manoel Congo, ocorrida no dia 5 de novembro de 1838, em Vassouras. O episódio teve início na Fazenda Freguesia (atual Arcozelo), de propriedade do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, donde os escravos se sublevaram e seguiram para a **Fazenda Maravilha**, pertencente ao mesmo dono. Ao chegarem, atentaram contra o feitor, roubaram mantimentos e ferramentas do paiol e puseram uma escada na cozinha da casa de vivenda para possibilitar a fuga dos escravos domésticos que por ali dormiam.<sup>104</sup>



Fazenda Arcozelo (antiga Freguesia), Daniel Ribeiro, 1922. Álbum do Estado do Rio de Janeiro. Edição comemorativa ao centenário da Independência do Brasil.

Para a discussão que nos interessa no momento, vale frisar aqui três aspectos que relativizam a completa eficácia da política de domínio senhorial. Em primeiro lugar, nenhum dos escravos domésticos da Fazenda Maravilha se negou a fugir ao serem convocados pelos cativos já sublevados. Em segundo lugar, Manoel Congo, acusado de ser o principal líder da revolta, era ferreiro e casado. Em terceiro lugar, a maioria dos escravos indiciados no inquérito como cabeças do movimento eram escravos domésticos ou possuíam alguma especialização. Portanto, nenhum dos benefícios concedidos pela política senhorial de dominação – atuar no serviço doméstico, ter um trabalho especializado, constituir família – foram capazes de impedir a fuga e a revolta por parte dos escravos que deles gozavam.

---

<sup>104</sup>GOMES, Flávio. “As raízes do efêmero: a insurreição quilombola de Vassouras (1838)” in: op. cit.

É importante para que se tenha em mente que a política de dominação senhorial vivia um equilíbrio tênue, instável e que a aceitação da mesma por parte dos escravos era passível de ser alterada no menor sinal de possibilidade de liberdade. Os escravos também tinham suas estratégias. Estavam capacitados a resistir ao sistema de dominação imposto à medida que, por fazer parte dele (como dominado), conheciam a fundo suas brechas, limites e imperfeições. Nesse contexto, as fugas eram bastante comuns e os anúncios de escravos fugidos povoaram os jornais da Corte e das províncias do Vale.

*50\$000. O escravo chamado Antonio fugiu em 29 de junho da fazenda Tatuhy de Pati do Alferes. Ele é carpinteiro, africano de Benguela, com marcas de varíola, alto, pés grandes, lábios grossos, corpulento, barba branca. Como ele fugiu com a escrava Damiana, africana de Benguela sua esposa, muito escura, baixa, robusta, faltam-lhe 3 dedos na mão direita, fala bem. Esses escravos são conhecidos em Paraíba do Sul, Bemposta e Piabanha, onde trabalham, e no município de Vassouras. Quem quer que os ajude será processado por lei. Acima a recompensa para quem devolve-los a senhora D. Luiza Rosa Sampaio, em Tatuhy, ou quem possa dar informações sobre seus paradeiros.<sup>105</sup>*

Convivendo bem de perto com os escravos, existia toda sorte de homens livres e pobres que atuavam na fazenda ou nas margens das fronteiras territoriais da mesma, realizando trabalhos diários ou sazonais. Eram ex-escravos, feitores, arreadores, pequenos agricultores, trabalhadores por jornada que se distinguiam dos cativos por possuírem o atributo da liberdade. Se a liberdade os diferenciava dos cativos, não os equiparava aos senhores, cidadãos ativos, que detinham o direito de votar e serem votados, assegurado pela prerrogativa do voto censitário garantida na constituição de 1824. Apesar de viverem apartados do mundo dos senhores por outros elementos diferenciadores, como grau de instrução, práticas de consumo, etiqueta e *habitus* social, os homens livres e pobres, considerados cidadãos passivos na lógica política vigente, jogavam cotidianamente com suas relações pessoais e laços de dependência em busca de melhores condições de vida.<sup>106</sup>

O que definia toda a sorte de homens pobres, não escravizados, que viviam no Vale do Paraíba fluminense e em toda a sociedade Imperial era o fato de serem livres. Contudo, se o atributo da liberdade os igualava, o da propriedade os hierarquizava reproduzindo a lógica “verticalizadora” da sociedade imperial. Portanto, a posse de escravos e de terras eram elementos de diferenciação importantes no interior de um grupo social com funções tão diversas. Para discutir melhor essa questão, vamos citar o caso de Domingos Vieira de Carvalho estudado pela historiadora Hebe Mattos.<sup>107</sup> O pequeno lavrador, apesar de ser considerado na sua comunidade como proprietário de um sítio de roças de mandioca, não o era legalmente. Na verdade, sua única propriedade era uma escrava, o que certamente o diferenciava de outros de seu grupo e lhe abria mais possibilidades de acesso a terra.

---

<sup>105</sup>Apud O município 5 de julho de 1877 in: STEIN, Stanley. Op. Cit, p 180 – O município 5 de julho de 1877.

<sup>106</sup>Para uma discussão acerca da cidadania no Império, consultar: GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. RJ: Civilização Brasileira, 2002. MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Op. cit; MATTOS, Ilmar. Op. cit.

<sup>107</sup>MATTOS, Hebe. *Visões da Liberdade*. Op. cit.

Como se vê, na sociedade oitocentista, os critérios de liberdade e propriedade estavam imbricados. O reconhecimento social de uso da terra era respaldado por favores, relações pessoais e familiares historicamente constituídas na região e que garantiam o acesso a tal.<sup>108</sup> Relações de fidelidade construídas ao longo de uma vida entre homens livres e pobres e grandes senhores podiam ser recompensadas no futuro. O barão de Capivary, por exemplo, beneficiou em testamento dois de seus “agregados”. Ao compadre José de Oliveira Barcellos deixou 3.000\$000 em terras que já eram de seu usufruto e à agregada Anna Isabel do Parahyso Ribeiro doou os escravos e as terras já arrendados por ela, além da quantia de 50\$000.<sup>109</sup>

Maria Sylvia de Carvalho Franco fez um estudo pioneiro sobre os *homens livres na ordem escravocrata* e enfatizou a pluralidade de condições e de relações que este grupo social constituía junto aos grandes proprietários rurais no nível de relações de compadrio, vínculos pessoais, favores prestados, interesses eleitorais, arrendamento de terras e/ou instrumentos de trabalho, etc. A autora, assim como Stanley Stein e Warren Dean, destacou a pouca oferta de terras como favorecedora de um pequeno grupo de ricos proprietários que exercia seu poder, autoridade e controle político sobre um certo número de homens pobres.<sup>110</sup>

A influência desses poucos senhores não ficava circunscrita aos arrendatários e sitiantes que se dedicavam à agricultura em suas terras, mas se propagava também a vendeiros, tropeiros, jornaleiros e comerciantes de pequeno porte e outros trabalhadores com negócios e interesses na região.<sup>111</sup> Como decorrência, os vínculos pessoais constituídos entre os chamados “agregados” e os grandes proprietários locais dificultavam a possibilidade de um existir politicamente autônomo desses homens livres e pobres, ao mesmo tempo em que legitimava a imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco.<sup>112</sup>

Para José Murilo de Carvalho, ao contrário, o voto era um importante instrumento de barganha dos homens pobres frente aos senhores. Apesar de o pleito ser censitário, o número de eleitores no Império era considerável se comparado a outros países no mesmo período. No Brasil, isso ocorria porque a renda mínima anual exigida era relativamente baixa para a época e a fiscalização da Coroa da lista de votantes não era das mais eficazes. Desse modo, em tempos de eleições, muitos eleitores negociavam favores com os chefes políticos locais porque sabiam que a derrota destes grandes proprietários significaria desprestígio e perda do controle de cargos públicos.<sup>113</sup>

Desta forma, se por um lado a pouca oferta de terras, que era uma realidade no Vale fluminense após a década de 1850, deixava uma grande parcela da população livre vulnerável às relações pessoalizadas impostas pelos grandes senhores; por outro, estas mesmas relações pessoalizadas abriam possibilidades

---

<sup>108</sup>Idem.

<sup>109</sup>Testamento do barão de Capivary, Pau Grande, 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242).

<sup>110</sup>Stanley Stein estudou o sistema da grande lavoura em Vassouras e Warren Dean desenvolveu trabalho semelhante para Rio Claro, região do Vale do Paraíba paulista. Ver: STEIN, Stanley J. Op. cit.

<sup>111</sup>FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Op. cit. Sobre o espaço de sobrevivência dos homens livres e pobres na ordem escravocrata, a autora lembra que “foi na fimbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades a eles relegadas. Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades aos trabalhadores livres.”, p65.

<sup>112</sup>Idem, Ibidem, p94. Esta afirmação está baseada numa interpretação clássica na historiografia brasileira a qual enfatiza uma relação desigual entre proprietários de terras e seus trabalhadores e agregados. Ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. CCS/A, 1949.

<sup>113</sup>CARVALHO, José Murilo de. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p 33.

de acesso à terra, benefícios e oportunidades de inserção na comunidade local, como demonstrou a análise do testamento do barão do Capivary. Obviamente que não se trata de dizer que as partes envolvidas na negociação se colocavam em iguais condições. O caráter violento e desigual das relações entre senhores e homens livres e pobres não pode ser desmerecido. Todavia, os espaços sociais para o desenvolvimento de negociações, barganhas, conflitos e rebeldias devem ser levados em consideração, sob pena de encobrir as especificidades destes homens livres e despossuídos e acabar por considerá-los uma massa de manobra sem valores e pensamentos próprios.<sup>114</sup>

Mas o trabalho como lavrador agregado e pequeno sitiante ligados aos grandes senhores não era a única função que os homens livres e pobres exerciam nas grandes fazendas. Nas *Instruções gerais para a administração das fazendas*, enumerava-se: “Todo o pessoal livre da fazenda, camaradas como oficiais de ofício, enfermeiros &c estão debaixo das ordens do administrador e ele é responsável pelo bom emprego do tempo dos mesmos.(...) Tem o administrador o direito e a obrigação de demiti-los logo que cumpram seus deveres”.<sup>115</sup> Além dos citados acima, era comum nas fazendas o emprego de trabalhadores livres para outras funções específicas e este número podia aumentar de acordo com o volume de trabalho nas diferentes safras e colheitas.

Na contabilidade da Fazenda Pau Grande, por exemplo, entre os anos de 1872 e 1876, aparecem gastos com pagamento de salários a feitores (126\$000 réis/ano), jornaleiros e tropeiros.<sup>116</sup>

Como vimos, os diversos agentes sociais que compunham os “mundos da fazenda” estavam ligados por uma imbricada teia de dependências, solidariedades e relações de poder que eram respaldadas por uma política de domínio paternalista e verticalizada, a qual buscava separar estes mundos por critérios de liberdade e propriedade. Tal política tinha nos “mundos da fazenda” um espaço privilegiado de experiência, mas que, na verdade, reproduzia a lógica excludente vigente na sociedade imperial.

A título de conclusão, pode-se dizer que, na prática, estes mundos se interpenetravam e devem ser analisados de forma a ressaltar suas inter-relações e disputas internas. Na comunidade escrava, por exemplo, havia tensões e conflitos entre africanos e crioulos, cativos mais antigos e recém-chegados. Por outro lado, a política de domínio senhorial incentivadora da constituição de famílias visando a “paz das senzalas” também facilitava um amálgama cultural das tradições africanas que, a qualquer momento, poderia ser importante para forjar a subversão do sistema por meio de revoltas ou fugas para aquilombamento. A situação das pessoas livres e pobres que buscavam trabalho nas fazendas também não era das melhores. Cotidianamente eram pressionadas a se submeterem ao mesmo campo privado de força e favor em que estavam os cativos.<sup>117</sup> Mas essas são apenas algumas peças para o quebra-cabeça, muito ainda resta ser averiguado.

---

<sup>114</sup>A discussão desta questão no tocante aos escravos é apresentada por REIS, João José & SILVA, Eduardo. Op. cit.

<sup>115</sup>*Instruções gerais para a administração das fazendas*. Op. cit, p108

<sup>116</sup>Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798.

<sup>117</sup>SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista” in: Op. cit, p283.